

Prefeitura Municipal de Cocalinho

20.000

Nº

de

1.992.

ANEXO I Encaminhamento (1)

Pelo presente encaminhamos à V. Exa., em anexo o Relatório Geral do Exercício de 1991 de acordo com as disposições da Constituição vigente.

Desde não se trata de documento para o momento, retornamos à V. Exa., o mesmo sob a forma de cópia e expedição.

Atenciosamente,

Ass.

Excmo Sr.

DR. ALY LUIZ DE OLIVEIRA

DD, Presidente do Conselho

Cultural - CV.

Ass. da Prefeitura de Cocalinho

DECRETO

de 1992

Banco do Brasil
Prefeitura Municipal de Cocalinho

RELACÃO DOS BENS ALIENADOS ... RESOLUÇÃO DE 1.921.

01 Veículo Marca D-10 Chevrolet R\$ 2.500.

..... R\$ 2.500.

(DOIS MILHÕES E CINQUENTA MIL REAIS)

COCALINHO, 15 de maio de 1.991.

GAUDÊNCIO

RECEBIDO

de 1991

Prefeitura Municipal de Cocalinho

RELACÃO DOS RENTOR A PRONOME E JUROS NO EXERCÍCIO DE 1.991.

NºN.E.	NOME	CR\$	CR\$
0138 -	Isabel Nives Ramalho	CR\$	12,000
0139 -	Cláudia Delfino Freitas	CR\$	23,000
0140 -	Carlos Mendir Costa	CR\$	232,000
0141 -	Jair Neri dos Santos	CR\$	116,000
0142 -	Jair Neri dos Santos	CR\$	1,027,000
0143 -	Edward Pereira da Lencina	CR\$	36,000
0144 -	Zenaida Castro Almeida	CR\$	50,940
0145 -	Edward Pereira da Lencina	CR\$	36,000
SUB - TOTAL - CÍVIL		CR\$	1,536,060
0645 -	Ferreira Leda	CR\$	19,410
0912 -	Zivaldi Industrial Lda	CR\$	50,997
1211 -	Gráfica Ivan Leda	CR\$	220,300
1225 -	Valdo da Arapônia Valcolina	CR\$	114,725
1301 -	Neusa Ribeiro da Silva	CR\$	12,811
1332 -	Telecomunicações da Silva	CR\$	207,733
1340 -	Neuclia Saburina da Silva	CR\$	13,000
1358 -	Ediyan Freitas dos Santos	CR\$	16,440
1372 -	João Pereira da Costa	CR\$	67,800
1373 -	Luzia Natividade, Bartolomeu	CR\$	17,680
1377 -	Edward Pereira da Lencina	CR\$	249,000
1378 -	Lula Carlos de Lima Pereira	CR\$	185,000
1382 -	Zenaida Cardoso Ribeiro	CR\$	23,300
1383 -	Marta Pereira da Silva	CR\$	17,000
1387 -	José Maria da Silva	CR\$	86,880
1388 -	Francisco Henrique da Silva	CR\$	83,270
1389 -	Eulina Castro dos Santos	CR\$	120,340
1390 -	Maria José da C. Talon	CR\$	196,150
1391 -	Valto Alexandre Gomes	CR\$	71,300
1392 -	Sanderval Filho	CR\$	42,000
1.393 -	Padre Cícero da Silva	CR\$	23,100
1394 -	João Euclides Silva	CR\$	84,000
1395 -	Florião dos Santos	CR\$	9,000
1396 -	Saveriano Castro da Silva	CR\$	65,000
1397 -	Sebastião Moreira da Silva	CR\$	339,100
1398 -	João Francisco Freitas	CR\$	107,000
1399 -	Valton Antonio da Silva	CR\$	100,000
1400 -	Regina Duarte da Silva	CR\$	48,000
1406 -	João Perito da Cunha	CR\$	159,000
1407 -	Maria Patrícia da Silva	CR\$	337,000
1.408 -	Saveriano Castro da Silva	CR\$	333,000
SUB - TOTAL - PROPRIEDADES		CR\$	3,403,990
TOTAL		CR\$	4,940,050

(QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E CINQUENTA E SEIS CRUZEIROS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).

CABINETE DO PREFEITO

10 de Dezembro de 1.991.

Estado do Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Cocalinho

RELACÃO DOS RESTOS À PAGAR EMERITO NO EXERCÍCIO DE 1.991.

NºN.E.	FAVORECIDOS	CR\$
052.	Manoel da Cunha (Júlio) Filho	116.84
060	Inacio Tenorio da Silveira e Outros	5.531.81
067	Manoel da Cunha (Júlio) Filho	68.63
069	Isabel Alves Rantilla e Outros	563.45
071	Edward Pereira da Cunha	5.560.00
SUB - TOTAL - CIDADANIA MUNICIPAL -		11.840.74
072	Telecomunicações de Mato Grosso S.A.	110.94
226	Adelicio Alvaro Barbosa	43.24
315	Maria Eterna S. Almeida e Outros	236.47
393	Ferreira Ltda	36.70
417	Eldes Ribeiro de Lima	80.00
421	Francisco Honório da Silva e Outros	200.00
507	João Pereira da Cunha	87.46
509	Edward Pereira da Cunha e Outros	913.50
511	Padro Caetano de Brito	65.83
561	Maria Petronilha da Silva e Outros	2.250.47
571	Sebastião Moreira da Silva	1.916.43
576	Sandoval Flávio Ribeiro	33.11
666	Maria Zenilda C. Tavares e Outros	169.21
668	Geralda Maria Lima e Outros	683.11
670	Calmon D. de Brito e Outros	1.225.71
672	José Francisco Freitas e Outros	490.21
674	Valto Alexandre Gomes	150.00
728	Severiano Caetano de Brito	649.31
732	Arnaldo Justino Batista	750.00
734	Sebastião Moreira da Silva	2.210.31
790	Lucifátima Alfredo Monteiro e Outros	509.81
791	Padrão Engenharia e Construções Ltda	20.000.00
792	Maria Eterna S. Almeida e Outros	139.91
793	Antonio Tales da Silva e Outros	670.71
801	Construções - Construções e Decoração Ltda	5.000.00
807	Antonio Manoel da Silva - Comércio	91.31
812	Girlema Rios Ribeiro	62.31
815	Luiz Carlos de Lima Peres	1.048.71
822	Valdir Leles Ferreira	94.31
832	João Pereira da Cunha	37.31
834	José Umberto Moreira e Outros	280.00
835	Girlema Rios Ribeiro	138.00
845	Salmo Miguel da Silva Souza	250.00
SUB - TOTAL - PREFEITURA MUNICIPAL -		40.676.11
TOTAL GERAL		52.516.91

(CINQUENTA E DOIS MILHÕES, QUATRECENTOS E DEZESSEIS MIL E NOVECENTOS E TRINTA E CINCO CRUZEIROS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)

GABINETE DO PREFEITO
Sebastião Moreira da Silva
Cocalinho, 31 de Dezembro de 1991



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Cocalinho

BALANÇO GERAL - 1.991.

Termo de Conferência de Caixa

Nesta data, em cumprimento ao que se encontra contido na Resolução n.º 07/70, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e de acordo com o designado, que o presente subscreve designado pelo Prefeito Municipal, procedeu à verificação do caixa da Prefeitura Municipal, tendo encontrado o seguinte:

Em moeda corrente do País a importância R\$ 185.836,47**
(CENTO E OITENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS E TRINTA E SEIS CRUZEIROS
E QUARENTA E SETE CENTAVOS).

A importância acima foi conferida na presença do Sr. Prefeito e Tesoureiro, também assinam o presente, conferindo com o valor Caixa existente na Tesouraria Municipal no encerramento do expediente.

Por assinatura do Tesoureiro o presente.

Cocalinho, 3 de DEZEMBRO de 1.991.

Comandante designado

Tesoureiro

GABINETE DO PREFEITO

Prefeito Municipal

Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.991.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO RESTO A PAGAR

EXERCÍCIO DE 1.991

SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTOS	
4.940.056,82	52.516.935,39	4.940.056,82	****	52.516.935,39
4.940.056,82	52.516.935,39	4.940.056,82	****	52.516.935,39

Cocalinho, EM 01 DE DEZEMBRO DE 1.9⁹¹

CONTADOR TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC-Nº

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERC. 1.991.

EXERCÍCIO DE 1991

C O N T A S	SALDO EM 31/12/90 1.990	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO EM 31/12/19
		AQUISIÇÃO/INSCRIÇÃO	ALTERAÇÃO/BAIXA	
1 - Bens Móveis	2.127.124,73	8.057.799,95	1.116,88	10.183.807,80
2 - Bens Imóveis	10.830,00	---	---	10.830,00
3 - Bens de Natureza Industrial				
4 - Créditos:				
a- Dívida Ativa				
5 - Valores:				
a- Ações				
b- Almoxarifado				
	2.137.954,73	8.057.799,95	1.116,88	10.194.637,80

COCCALINHO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.991

CONTADOR/TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC-NE

PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Cocalinho

POSIÇÃO

RECEITA

BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Agencia - Agua Boa - P. B. B. B.

Contas Nº 05.271 - 4	Cr\$ 1.002.500
05.274 - 9	6.908.000

Agencia - Barra do Garças

Conta Nº 05.036 - 8	Cr\$ 20.900
---------------------	-------------

BANCO DO BRASIL S/A

Agencia - Barra do Garças

Contas Nº 12.121 - 1	Cr\$ 9.120
12.121 - 2	23.863.750
12.121 - 3	41.000
12.121 - 4	752.600

T	Cr\$ 31.599.010
---	-----------------

(TRINTA E UM MILHÕES, QUINCENTOS E NOventa e NOve MIL E QUINZE CEZEIROS TRINTA E SETE CENTAVOS).

COCALINHO, 31 de dezembro de 1.991.

GABINETE DO PREFEITO

Ass. d. Lima

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO CONTA MOVIMENT

FOLHA Nº

SPM

Contas a Pagar e a Receber

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
06.01.92	0	5	1.800,00			
06.01.92	734663	52			13.323.489,75	
06.01.92	73576	6	10.000.000,00		3.323.489,75	

GABINETE DO

01 - Cheques
02 - Débito em Conta
03 - Cheque Vencido

04 - Comissão
05 - Cheque Descontado
06 - Impostos de Renda

07 - Compensação
08 - Boleto de Parcelamento
09 - Débito em Conta

10 - Dep. em Dinheiro
11 - Dep. em Cheque
12 - Débito em Conta
13 - Dep. em Parcelamento

14

15 -
16 -
17 - Estorno



BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.

FOLHA Nº

04-244-9

500

PREFEITURA MUNICIPAL COCALINEO PGTº FUNCIONALISMO

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
23.12.91	587736	01	42.000,00			
23.12.91	587804	01	52.000,00			
23.12.91	587878	01	42.000,00			
23.12.91	587801	01	45.360,00			
23.12.91	587867	01	52.500,00			
23.12.91	587878	01	91.437,79			
23.12.91	587850	01	128.000,00			
23.12.91	587878	01	48.249,80			
23.12.91	587878	01	48.249,80			
23.12.91	587878	01	38.000,00			
23.12.91	587878	01	100.000,00			
23.12.91	587878	01	100.000,00			
23.12.91	587878	01	140.499,49			
23.12.91	587840	01	48.249,80			
23.1.292	587990	01	60.000,00		6.197.829,71-	
23.12.91		50		6.200.000,00	2.080,22	
24.12.91	587992	01	42.000,00			
24.12.91	587850	01	50.000,00			
24.12.91	587844	01	42.000,00		131.919,78	
24.12.91		50		300.000,00		
24.12.91	587805	01	44.389,82			
24.12.91		02	350,00		123.340,40	
26.12.91	587336	01	67.644,72			
26.12.91	587337	01	34.000,00			
26.12.91	587335	01	43.249,80			
26.12.91	587824	01	51.109,82		72.663,94	
26.12.91	587958	13	48.249,80			
26.1.291	587805	13	48.249,80		169.163,54-	

01 - Cheques

05 - Comissão

09 - Outros

13 -

20 - Dep. em Div.

24 - Dividendo

50 -

02 - Débito em Conta

06 - Cheque Boleto

10 - Des.

14 -

21 - Dep. em C.

25 - Descontados

51 -

03 - Cheque Visado

07 - Imposto do Renda

11 - Saldo

15 -

22 - Crédito em

26 -

52 - Emissão

FOLHA Nº

PRIMEIIRA MUNICIPAL COCAJINHO PGT? FUNCIONALISMO

Disney

DATA DOCUMENT 01571

CABINETE DO PREFEITO

- | | | | | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------|-------------------------|-----------------------|--------------|
| 01 - Cheques | 65 - Comissão | 66 - Compensação | 72 - | 80 - Dep. em Disbario | 84 - Dividendo | 86 - |
| 02 - Débito em Conta | 68 - Cheque Devolvido | 67 - C&B. de Tit. Descontados | 74 - | 81 - Dep. em Cheque | 85 - Tit. Descontados | 88 - |
| 03 - Cheque Vísado | 67 - Imposto de Renda | 68 - Saldo Devedor | 75 - | 82 - Crédito em Conta | 86 - | 88 - Estorno |
| 04 - Juros | 68 - Desp. de Comunicação | 69 - | 76 - Estorno | 83 - Ordem de Pagamento | 87 - | |



DE-274-9

CRIME NO
AMMO N

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO PGTº FUNCIONALIS
MO.

Ma
Linha da Seda
Seda
AVALIAÇÃO DA CONTA

[illegible]

GABINETE DO PREFEITO
 José de Almeida
 Prefeito Municipal

01 - Cheques
02 - Débito em Conta
03 - Cheque Visado
04 - Lucro

05 - Com
08 - C
37 - L
00 - S

82 - Compensação
10 - Bêb. de Fil. Descontados
31 - Saldo Devedor

12.

14

14

52

50

50 - Den am Piehauze

54 Rep. on Changes

St. - Dep. du Caquet

22 - Crédito em Contas

३० - बुधवार १३ फरवरी

54 - Div. 10

33

33.

55-

59

56

50

22.

33 -

1000



BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.

NOME E ENDEREÇO DO CLIENTE

05-274-9

PREFEITURA MUNICIPAL COCALINHO PGTº FUNCIONALISMO

FOLHA Nº

CROMOCLASSIFICAÇÃO DE CONTA

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
23.12.91	587887	01	38.249,80			
23.12.91	587960	01	28.000,00			
23.12.91	5878100	01	55.200,00			
23.12.91	587983	01	197.200,00			
23.12.91	587860	01	42.000,00			
23.12.91	587822	01	51.109,82			
23.12.91	587988	01	43.720,00			
23.12.91	587829	01	38.640,00			
23.12.91	587866	01	42.000,00			
23.12.91	587879	01	42.000,00			
23.12.91	587885	01	49.869,82			
23.12.91	587813	01	40.249,80			
23.12.91	588198	01	80.000,00			
23.12.91	587877	01	45.360,00			
23.12.91	587989	01	38.640,00			
23.12.91	587953	01	42.000,00			
23.12.91	587811	01	44.389,82			
23.12.91	587881	01	93.399,23			
23.12.91	587856	01	150.000,00			
23.12.91	588197	01	50.000,00			
23.12.91	587849	01	50.000,00			
23.12.91	587859	01	42.000,00			
23.12.91	587830	01	47.749,82			
23.12.91	587885	01	49.869,82			
23.12.91	587884	01	75.000,00			
23.12.91	587864	01	42.000,00			
23.12.91	587827	01	54.062,25			
23.12.91	587954	01	45.000,00			
					2.895.897,71-	

GABINETE DO PREFEITO
Sebastião Moreira de Almeida
Prefeito Municipal

05 - Cheques
06 - Débito em Conta
07 - Cheque Visado

08 - Comissão
09 - Cheque Desativado
10 - Imposto de Renda

11 - Compensação
12 - Débito de Tit. Descontados
13 - Saldo Devedor

14 -

15 - Débito em Dinheiro
16 - Débito em Cheque
17 - Crédito em Conta

18 - Dividendo
19 - Tit. Descontados

20 -

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	<u>LEGISLATIVO</u>	46.220.000,00	205.000.000,00	251.220.000,00
01.01	<u>Processo Legislativo</u>	46.220.000,00	205.000.000,00	251.220.000,00
01.01.001	<u>Ação Legislativa</u>	46.220.000,00	205.000.000,00	251.220.000,00
03	<u>ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</u>	---	415.902.500,00	415.902.500,00
03.07	<u>Administração</u>	---	415.902.500,00	415.902.500,00
03.07.021	<u>Administração Geral</u>	---	415.902.500,00	415.902.500,00
03	<u>ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO</u>	110.000.000,00	110.745.000,00	120.745.000,00
03.08	<u>Administração Financeira</u>	110.000.000,00	110.745.000,00	120.745.000,00
03.08.000	<u>Administração de Recursos</u>	110.000.000,00	110.745.000,00	120.745.000,00
04.15.007	<u>Inspeção Padronização e Classificação de Produtos</u>	---	---	---
04	<u>AGRICULTURA</u>	---	---	---
04.13	<u>Promocão e Extensão Rural</u>	---	22.805.000,00	22.805.000,00
04.13.111	<u>Extensão Rural</u>	---	22.805.000,00	22.805.000,00
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	224.291.250,00	303.960.000,00	528.251.250,00
08.41	<u>Educação de Crianças de 0 a 6 anos</u>	224.291.250,00	303.960.000,00	528.251.250,00
08.41.185	<u>Creche</u>	224.291.250,00	303.960.000,00	528.251.250,00
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	37.805.000,00	45.000.000,00	82.805.000,00
08.41	<u>Educação de Crianças de 0 a 6 anos</u>	37.805.000,00	45.000.000,00	82.805.000,00
08.41.190	<u>Educação Pré-Escolar</u>	37.805.000,00	45.000.000,00	82.805.000,00
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	224.291.250,00	303.960.000,00	528.251.250,00
08.42	<u>Ensino Fundamental</u>	224.291.250,00	303.960.000,00	528.251.250,00
08.42.188	<u>Ensino Regular</u>	224.291.250,00	303.960.000,00	528.251.250,00

TOTAL

4-POR ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

PODER LEGISLATIVO

1-Câmara Municipal.....ORÇ: 251.220.000,00

PODER EXECUTIVO

2-Gabinete do Prefeito.....ORÇ: 371.435.500,00
3-Secretaria de Administração.....ORÇ: 1.111.775.000,00
4-Secretaria de Finanças.....ORÇ: 100.717.000,00
5-Secretaria de Educação e Cultura.....ORÇ: 751.300.000,00
6-Secretaria de Saúde, Saneamento e Ben-Estar Social.....ORÇ: 1.779.635.000,00
7-Serviço de Obras, Viação e Serviços Públicos.....ORÇ: 1.000.000.000,00

TOTAL.....

5.140.245.500,00

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a executar as despesas necessárias para a execução da Lei nº 1.000, de 1991.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a executar as despesas necessárias para a execução da Lei nº 1.000, de 1991, até o limite de 10% (dez por cento) do total das despesas autorizadas.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a executar as despesas necessárias para a execução da Lei nº 1.000, de 1991, até o limite de 10% (dez por cento) do total das despesas autorizadas, a serem repassadas para o município de São Paulo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo.

Artigo 5º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a realizar Operações de Crédito nos termos da Lei.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor a 1ª de Janeiro de 1.992, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Cocalinho, 30 de Setembro de 1.991

SEBASTIÃO MOREIRA LIMA
Prefeito Municipal

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08.46	<u>Educação Física e Desporto</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08.46.224	<u>Desporto Amador</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	3.500.000,00	14.000.000,00	17.500.000,00
08.48	<u>Cultura</u>	3.500.000,00	14.000.000,00	17.500.000,00
08.48.247	<u>Difusão Cultural</u>	3.500.000,00	14.000.000,00	17.500.000,00
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	14.000.000,00	29.000.000,00	43.000.000,00
08.49	<u>Educação Especial</u>	14.000.000,00	29.000.000,00	43.000.000,00
08.49.132	<u>Educação Especial</u>	14.000.000,00	29.000.000,00	43.000.000,00
12	<u>HABITAÇÃO E URBANISMO</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
12.57	<u>Urbanismo</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
10	<u>HABITAÇÃO E URBANISMO</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
10.60	<u>Limpeza Pública</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
10.60.325	<u>Limpeza Pública</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
10	<u>HABITAÇÃO E URBANISMO</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
10.60	<u>Serviços de Utilidade Pública</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
10.60.328	<u>Parques e Jardins</u>	22.727.500,00	32.250.000,00	54.977.500,00
11	<u>INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS</u>	66.000.000,00	66.000.000,00	132.000.000,00
11.62	<u>Indústria</u>	66.000.000,00	66.000.000,00	132.000.000,00
11.62.347	<u>Produção Industrial</u>	66.000.000,00	66.000.000,00	132.000.000,00
13	<u>SAÚDE E SANEAMENTO</u>	---	54.250.000,00	54.250.000,00
13.75	<u>Saúde</u>	---	54.250.000,00	54.250.000,00
13.75.427	<u>Alimentação e Nutrição</u>	---	54.250.000,00	54.250.000,00

Cont. Fl.03

TOTAL

---	---	---
-----	-----	-----

PROFESSOR SUP N° 3, de 14/02/65
LEI N° 4.320/64 - ANEXO 08

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE SÃO PAULO - EXERCÍCIO DE 1.962

PORTARIA Nº 8, de 04/02/85
LEI Nº 4.320-64 - ANEXO 08

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

CODIGO	DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO	VINCULADO	TOTAL
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	303.960.000,00	224.291.250,00	528.251.250,00
08.243	<u>Ensino Fundamental</u>	303.960.000,00	224.291.250,00	528.251.250,00
08.243.100	<u>Ensino Regular</u>	303.960.000,00	224.291.250,00	528.251.250,00
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08.243	<u>Ensino Fundamental</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08.243.100	<u>Ensino Regular</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08.243	<u>Ensino Fundamental</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
08.243.100	<u>Ensino Regular</u>	17.500.000,00	17.500.000,00	35.000.000,00
10	<u>HABITAÇÃO E URBANISMO</u>	12.720.000,00	10.720.000,00	23.440.000,00
10.60	<u>Habitatção</u>	12.720.000,00	10.720.000,00	23.440.000,00
10.60.310	<u>Habitacoes Urbanas</u>	12.720.000,00	10.720.000,00	23.440.000,00
10	<u>HABITAÇÃO E URBANISMO</u>	24.000.000,00	96.500.000,00	120.500.000,00
10.60	<u>Serviços de Utilidade Pública</u>	24.000.000,00	96.500.000,00	120.500.000,00
10.60.325	<u>Limpeza Pública</u>	24.000.000,00	96.500.000,00	120.500.000,00
10	<u>HABITAÇÃO E URBANISMO</u>	14.000.000,00	24.000.000,00	38.000.000,00
10.60	<u>Serviços de Utilidade Pública</u>	14.000.000,00	24.000.000,00	38.000.000,00
10.60.328	<u>Parques e Jardins</u>	14.000.000,00	24.000.000,00	38.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCULINHO
ESTADO DE MATO GROSSO - EXERCÍCIO 1.99

ANEXO III - ART. 22 - LEI Nº 4.320/64

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			FIXADA	PREVISTA
		1.988	1.989	1.990	1.991	1.992
1.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	34.920.294,67	370.930.000,00	73.311.537,66	379.000.000,00	1.858.750.000,00
1.1.0.0	Receitas Tributárias	1.007.558,25	92.800.000,00	9.844.448,01	10.000.000,00	378.000.000,00
1.3.0.0	Receitas Tarifárias	- - - - -	2.500.000,00	- - - - -	- - - - -	- - - - -
1.5.0.0	Receitas Industriais	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -	- - - - -
1.7.0.0	Transferências Correntes	28.612.438,81	473.100.000,00	69.267.089,75	335.000.000,00	1.370.000.000,00
1.9.0.0	Outras Receitas Correntes	- - - - -	2.520.000,00	- - - - -	2.000.000,00	2.000.000,00
2.0.0.0	Receitas de Capital	- - - - -	408.000.000,00	- - - - -	335.000.000,00	1.251.000.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			FIXADA	PREVISTA
		1.988	1.989	1.990	1.991	1.992
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	34.920.294,67	370.930.000,00	81.339.373,32	379.500.000,00	1.858.750.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	53.456.562,20	408.000.000,00	23.270.455,11	235.000.000,00	1.251.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO-MT = ELEIÇÃO DE 1.º Tª

ANEXO DE SUPLEMENTOS DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 04-SECRETARIA DE FINANÇAS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.04-Divisão de Tributação
CÓDIGO	FUNÇÃO: 03-Administração e Planejamento	CÓDIGO	PROGRAMA: 03.08-Administração Financeira
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 03.08.030-Administração de Receitas	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE: 2.36
CÓDIGO GERAL: 04-04.04-03.08.030-04.04+2.36			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO:			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE: 2.36-Manutenção e Encargos com os Serviços da Divisão de Tributação			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA DESPESA	UNIDADE E VALOR	VALOR
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	14.000.000,00	14.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	4.000.000,00	4.000.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	10.000.000,00	10.000.000,00
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>		14.000.000,00
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>		14.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	14.000.000,00	14.000.000,00
		14.000.000,00	14.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE

COCALINHO=MT=EXERCÍCIO DE 1.992

PLANO DE ESTABECIMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO:04-SECRETARIA DE FINANÇAS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTARIA: 04.03-Divisão de Tesouraria
CÓDIGO	FUNÇÃO:03-Administração e Planejamento	CÓDIGO	PROGRAMA: 03.06-Administração Financeira
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 03.08.030-Administração de Receitas	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE: 2.34
CÓDIGO GERAL:04-04.03+03.08.030-04.03-2.34			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO :			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.34-Manutenção e Encargos			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA		
3.1.0.0	DESPESAS DE CONSUMO		
3.1.1.0	PESSOAL		
3.1.1.1	Pessoal Civil	1.000.000,00	1.000.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.000.000,00	4.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		4.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	1.000.000,00	
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	3.000.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		4.000.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		4.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	4.000.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE

COCALINHO=MT =EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO DE ORÇAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO ÓRGÃO:04-SECRETARIA DE FINANÇAS

CÓDIGO

UNIDADE

ORÇAMENTÁRIA:04.02-Divisão de Contabilidade

CÓDIGO

FUNÇÃO:03-Administração e Pajneamento

CÓDIGO

PROGRAMA: 03.08-Administração Financeira

CÓDIGO

SUB-PROGRAMA: 03.08.030-Administração de Receitas

CÓDIGO

PROJETO: 1.3

ATIVIDADE: 2.32

CÓDIGO

GERAL: 04-04.02-03.08.030-04.02-1.3-2.32

CARACTERIZAÇÃO

DO PROJETO: 1.3-Aquisição de Equipamentos de Informática para a Divisão de Contabilidade

CARACTERIZAÇÃO

DA ATIVIDADE: 2.32-Manutenção e Encargos dos Serviços da Divisão de Contabilidade

CÓDIGO

ELEMENTOS DE DESPESAS

1.3.1.1

PESSOAL

2.1.1.1

Pessoal Civil

3.1.1.1

MATERIAL DE CONSUMO

3.1.1.2

SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

3.1.1.3

Remuneração de Serviços Pessoais

3.1.1.4

Outros Serviços e Encargos

4.0.0.0

DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0

INVESTIMENTOS

4.1.2.0

Equipamentos e Material Permanente

10.000.000,00

10.000.000,00

10.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO=MT=EXERCÍCIO DE 1.000

DE CONTINUACION DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.05-Divisão de Serviços Gerais
CÓDIGO	FUNÇÃO: 03-Administração e Planejamento	CÓDIGO	PROGRAMA: 03.07-Administração
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 03.07.031-Administração Geral	CÓDIGO	PROJETO
		CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.28
CÓDIGO GERAL: 03-03.05-03.07.031-03.06-2.28			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO:			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE: 2.28-Manutenção e Incentivo aos Serviços da Divisão de Serviços Gerais			
OBJETIVO: MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS			
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		2.000.000,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		2.000.000,00
3.1.1.0	PESSOAL		2.000.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil	2.000.000,00	
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	2.000.000,00	2.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		2.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	1.000.000,00	
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	2.000.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		2.000.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		2.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	2.000.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO=MT =EXERCÍCIO DE 1.992

UNIDADE DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.04-Divisão Administrativa
CÓDIGO	FUNÇÃO: 03-Administração e Planejamento	CÓDIGO	PROGRAMA: 03.07-Administração
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 03.07.021-Administração Geral	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE: 2.26
CODIGO GERAL: 03-03.04-03.07.021-03.04-2.26			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO :			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.26-Manutenção e Encargos com os Serviços da Divisão Administrativa			
CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS		
3.1.1.0	PESSOAL		8.000.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil		4.000.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais		6.000.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		6.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	3.000.000,00	
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	3.000.000,00	9.255.000,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
3.2.6.0	Encargos da Dívida Interna Contratada		
3.2.6.1	Juros da Dívida Interna Contratada	7.255.000,00	
3.2.8.0	Contribuição p/Formação Patrim.Serv.Públ.-PASEP	2.000.000,00	16.000.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		4.000.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	4.000.000,00	12.000.000,00
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
4.3.5.0	Amortização da Dívida Interna		
4.3.5.1	Amortização da Dívida Interna Contratada	12.000.000,00	
		45.255.000,00	45.255.000,00

COCALINHO=MT =EXERCICIO DE 1.992

ANEXO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.03-Divisão de Material
CÓDIGO	FUNÇÃO: 03-Administração e Planejamento	CÓDIGO	PROGRAMA: 03.07-Administração
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 03.07.021-Administração Geral	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE: 2.24
CODIGO GERAL: 03-03.03-03.07.021.03.02-2.24			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO :			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.24-Manutenção e Encargos com os Serviços da Divisão de Material			
CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS	R E C U R S O S	
		RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL
3.1.1.1	Pessoal Civil	6.000.000,00	6.000.000,00
3.1.1.2	MATERIAL DE CONSUMO	10.000.000,00	10.000.000,00
3.1.1.3	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	4.000.000,00	4.000.000,00
3.1.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	4.000.000,00	4.000.000,00
3.1.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	0,00	0,00
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>		10.000.000,00
4.1.0.0	<u>DESPESAS DE CUSTEIO</u>		10.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	10.000.000,00	10.000.000,00
		36.000.000,00	36.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE		COCALINHO=MT -EXERCÍCIO DE 1.992		ANEXO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS	
CÓDIGO	ÓRGÃO: 03-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01-Gabinete do Secretário		
CÓDIGO	FUNÇÃO: 03-Administração e Planejamento	CÓDIGO	PROGRAMA:03.07-Administração		
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 03.07.021-Administração Geral	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE:2.20		
CÓDIGO GERAL:03-03.01-03.07.021-03.01-2.20					
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO :					
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.20-Manutenção e Encargos com os Serviços do Gabinete do Presidente					
CÓDIGOS	ELEMENTOS DE DESPESAS	TOTAL			
1.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				
3.1.1.0	PESSOAL				
3.1.1.1	Pessoal Civil	2.000.000,00			
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.000.000,00			
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	2.000.000,00			
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	3.000.000,00			
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos				

PREFEITURA MUNICIPAL DE		COCALINHO -MT -EXERCÍCIO DE 1.992		NÍVEL DE DETALHAMENTO DE DESPESAS	
CÓDIGO	ÓRGÃO: 05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CÓDIGO	UNIDADE		
CÓDIGO	FUNÇÃO: 08-Educação e Cultura	CÓDIGO	ORÇAMENTÁRIA: 05.02-Divisão de Ensino		
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 08.042.188-Ensino Regular	CÓDIGO	PROGRAMA: 08.042-Ensino Fundamental		
		CÓDIGO	PROJETO 1.3		
		CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.40		
CÓDIGO		GERAL: 05-05.02-08.042.188-05.02-1.3-2.40			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO : 1.3:		1- Construção da Escola Agrícola de Ensino Fundamental - Convênio Prefeitura/FNDE			
		2- Construção e Implantação de 06 Salas de Aula na Zona Rural do Município			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.40:		1- Aquisição de Equipamentos para a Escola Agrícola			
		2- Manutenção da Escola Agrícola em 06 Salas de Aula na Zona Rural do Município			
		3- Manutenção da Sala Municipal de Ensino			

CÓDIGO ÓRGÃO: 05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO FUNÇÃO: 08-Educação e Cultura

CÓDIGO SUB-PROGRAMA: 08.049.252-Educação Compensatória

CÓDIGO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.02-Divisão de Ensino

CÓDIGO PROGRAMA: 08.049-Educação Especial

CÓDIGO PROJETO: 1.9
CÓDIGO ATIVIDADE: 2.46

CÓDIGO GERAL: 08-08.02-08.049.252-05.02-1.9-2.46

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO: 1- Construção de Salas de Aula para a Educação Especial

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE: 2.46- Manutenção dos Serviços de Educação Especial- Cursos de Aperfeiçoamento e Formação de Professores

para a Educação Especial, ELEMENTOS DE DESPESAS

CÓDIGO

<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>			
3.1.1.0	PESSOAL		10.000.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil		10.000.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		10.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		10.000.000,00
3.1.3.1	Comunicação de Serviços Pessoais		7.000.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	2.500.000,00 2.500.000,00	
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>		
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>		14.000.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações		14.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	6.000.000,00 8.000.000,00	

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.03-Divisão de Promoções Culturais
CÓDIGO	FUNÇÃO: 08-Educação e Cultura	CÓDIGO	PROGRAMA: 08.048-Cultura
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 08.048.247-Difusão Cultural	CÓDIGO	PROJETO 1.11 ATIVIDADE: 2.48
CÓDIGO GERAL: 08-08.03-08.048.247-08.03-1.11-2.48			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO : 1.11: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para promoção de Eventos Culturais			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.48-Manutenção dos Serviços e Atividades da Divisão de Promoções Culturais-Informação e Promoções de Eventos Culturais.			
CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - R.C.			
3.1.0.0	<u>DESPESAS DE PESSOAL</u>		3.500.000,00
3.1.1.0	PESSOAL		3.500.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil	3.500.000,00	
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	7.000.000,00	7.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		3.500.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	1.050.000,00	
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	2.450.000,00	
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>		3.500.000,00
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>		3.500.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	3.500.000,00	

12,500,393.93

CÓDIGO ÓRGÃO: 05-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO FUNÇÃO: 08-EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO SUB-PROGRAMA: 08.046.224-Desporto Amador

CÓDIGO

UNIDADE

ORÇAMENTÁRIA: 05.04-Divisão de Esportes e Recreação

CÓDIGO

PROGRAMA: 08.046-Educação Física e Desportos

CÓDIGO

PROJETO 1.13

ATIVIDADE: 2.50

SUB-PROGRAMA

CÓDIGO

GERAL: 08-08.04-08.046.224-08.04-1.13-2.50

CARACTERIZAÇÃO 1- Construção e Instalação do Ginásio de Esportes Municipal em Convênio Prefeitura/FNDE

DE PROJETO: 1.13: 2- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Ginásio de Esportes Municipal

CARACTERIZAÇÃO

DA ATIVIDADE: 2.50- Manutenção e Encargos dos Serviços e Atividades do Ginásio de Esportes Municipal

CÓDIGO

ELEMENTOS DE DESPESA

F E C M S A D F

RECURSOS PRÓPRIOS

TRANSFERÊNCIAS

OUTROS

TOTAL

08.046.224.000.000.000.00

17.500.000,00

01

100.000,00

+550

5.000.000,00

08.046.224.000.000.000.00

5.000.000,00

08.046.224.000.000.000.00

5.250.000,00

5.250.000,00

08.046.224.000.000.000.00

5.250.000,00

08.046.224.000.000.000.00

5.250.000,00

08.046.224.000.000.000.00

3.500.000,00

08.046.224.000.000.000.00

17.500.000,00

08.046.224.000.000.000.00

17.500.000,00

08.046.224.000.000.000.00

12.250.000,00

08.046.224.000.000.000.00

5.250.000,00

35.000.000,00

35.000.000,00

CÓDIGO	ÓRGÃO: 06-SECRETARIA DE SAÚDE SANEAMENTO E BEN-ESTAR	CÓDIGO	UNIDADE
CÓDIGO	SOCIAL	CÓDIGO	ORÇAMENTÁRIA: 06.02- Divisão de Saúde Pública
FUNÇÃO:	13-Saúde e Saneamento	CÓDIGO	PROGRAMA: 13 75-Saúde
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 13.75.428-Assistência Médico-Sanitária	CÓDIGO	PROJETO 1.15
		CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.54
CÓDIGO GERAL: 7-0 1.15-2.54			
CARACTERIZAÇÃO 1- Construção do Hospital Municipal			
DO PROJETO : 1.15-2-Aquisição de Equipamentos e Material Permanente p/ o Hospital Municipal			
CARACTERIZAÇÃO 2- Remuneração e Encargos dos Serviços de contrapartida			
DO PROJETO : 2.54-Remuneração e Encargos dos Serviços de contrapartida			

PREFEITURA MUNICIPAL DE

CÓDIGO	ORGÃO:06-SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL FUNÇÃO: 13-Saúde e Saneamento SUB-PROGRAMA: 13.75.448-Saneamento Geral	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.03-Divisão de Saneamento PROGRAMA: 13.76-Saneamento PROJETO ATIVIDADE: 2.56
CÓDIGO GERAL: 06-06.03-13.75.448-06.03-2.56			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO:			
CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE: 2.7-Manutenção e Encargos com os Serviços da Divisão de Saneamento.			
		TOTAL	OUTROS
3.1.3.0 MATERIAL - Material		10.750.000,00	
3.1.3.0 SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		10.750.000,00	
3.1.3.1 Remuneração do Serviço Pessoal		1.750.000,00	
3.1.3.2 Outros Serviços e Encargos		9.000.000,00	
4.0.0.0 DESPESAS DE CAPITAL			23.500.000,00
4.1.0.0 INVESTIMENTOS			23.500.000,00
4.1.1.0 Obras e Instalações		10.000.000,00	
4.1.2.0 Equipamentos e Material Permanente		10.000.000,00	
		10.750.000,00	23.500.000,00
		10.750.000,00	23.500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE

COCAALMIRIM - RORAIMA

ANEXO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 06-SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.04-Divisão de Assistência Social
CÓDIGO	SOCIAL	CÓDIGO	PROGRAMA: 13.75-Saúde
CÓDIGO	FUNÇÃO: 13-Saúde e Saneamento	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE: 2.58
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 13.75.427-Alimentação e Nutrição	CÓDIGO	
CÓDIGO GERAL: 06-06.04-13.75.427-06.04-2.58			

CARACTERÍSTICAS

DO PROJETO:

ATIVIDADES

Atividade 2.58 - Alimentação e Nutrição Escolar e outras Programas de Alimentação e Nutrição - Alimentação Escolar e Nutrição Infantil e Adulta.

Atividade 2.58 - Alimentação e Nutrição

R E C U R S O S

3.1.1.1.1	Salários e Benefícios	1.750.000,00	1.750.000,00	7.000.000,00
3.1.1.1.2	Outras Despesas Pessoais	2.500.000,00	2.500.000,00	12.250.000,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			7.000.000,00
3.2.3.0	Transferências a Instituições Privadas			
3.2.3.1	Subvenções Sociais		2.100.000,00	
3.2.5.0	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS			
3.2.5.1	Outras Transferências a Pessoas		4.900.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			12.250.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			12.250.000,00
4.1.2.0	Equipamentos Material Permanente	1.750.000,00	10.500.000,00	
		10.250.000,00	35.000.000,00	54.250.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE

COCAILINHO-IT - EXERCÍCIO

DETACHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 06-SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.05-Divisão de Assistência Médico Sanitária.
CÓDIGO	FUNÇÃO: 13-Saúde e Saneamento	CÓDIGO	PROGRAMA: 13.76-Saneamento
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 13.76.430-Fiscalização e Inspeção Sanitária	CÓDIGO	PROJETO 1.17 ATIVIDADE: 2.60
CÓDIGO GERAL: 06-06.05-13.76.430-06.05-1.17-2.60			

CARACTERIZAÇÃO

DO PROJETO: 1.17-Construção de Focos para captação de detritos de Esgoto dos Prédios Públicos Municipais

CARACTERIZAÇÃO

DE ATIVIDADE: 2.60-Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Serviços-Combate a doenças transmissíveis.

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESA	R E C U R S O S			
		RECURSOS PRÓPRIOS	TRANSFERÊNCIAS	OUTROS	TOTAL
3.1.1.0	DESPESAS DE PESSOAL				11.750.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil	1.750.000,00	10.000.000,00		11.750.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.750.000,00	10.000.000,00		11.750.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS				17.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	1.750.000,00	6.750.000,00		
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	1.750.000,00	6.750.000,00		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				44.500.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				44.500.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações		31.000.000,00		
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente		13.500.000,00		
		7.000.000,00	78.000.000,00		85.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOCALINHO-IT - EXERCÍCIO DE 1.992

PLANO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 06-SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR	CÓDIGO	UNIDADE
CÓDIGO	SOCIAL	CÓDIGO	ORÇAMENTÁRIA: 06.06-Divisão de Assistência e Previden-
CÓDIGO	FUNÇÃO: 15-ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	CÓDIGO	PROGRAMA: 15.81-Assistência
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 15.81.486-Assistência Social Geral	CÓDIGO	PROJETO
		CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.62
	CODIGO		
	GERAL: 06-06.06-15.81.486-06.06-2.62		
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO :			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.62 -Manutenção e Encargos dos os Serviços da Divisão de Assistência e Previdência			
CÓDIGO	DESEMBOLSOS DE DESPESAS	R E C U R S O S	
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	TOTAL
1.2.2.0	RECURSOS DE CAPITAL		
3.1.1.0	PESSOAL		
3.1.1.1	Pessoal Civil	7.000.000,00	
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	7.000.000,00	
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E INCLUSIVE		
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	6.000.000,00	
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	10.000.000,00	
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>		7.000.000,00
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>		7.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	7.000.000,00	
		32.000.000,00	32.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO-IT - EXERCÍCIO DE 1.992		PLANILHA DE DESEMIENHO DE DESPESAS	
CÓDIGO	ÓRGÃO: 06-SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.06-Divisão de Assistência e Previdência
CÓDIGO	SOCIAL	CÓDIGO	PROGRAMA: 15.82-Previdência
	FUNÇÃO: 15-Assistência e Previdência	CÓDIGO	PROJETO 1.19
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 15.82.492-Previdência Social e Seguros	CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.64
CÓDIGO DOS GERAL: 06-06.06-15.82.492-1.19-2.64			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO: 1.19: 1- Construção do Prédio para Sede da Previdência Municipal			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE: 2.64: 2-Aquisição de Equipamentos e Móveis para a Previdência Social			
CÓDIGO			
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.1.0	PESSOAL		
3.1.1.1	Pessoal Civil	20.000.000,00	
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	23.000.000,00	23.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		47.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	10.000.000,00	
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	37.000.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		43.610.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		43.610.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações	15.000.000,00	5.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos Material Permanente	8.210.000,00	15.400.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO-MT - EXERCÍCIO DE 1.992		SISTEMA DE DETALHAMENTO DE DESPESAS	
CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTARIA: 07.01-Gabinete do Secretário
CÓDIGO	FUNÇÃO: 16-TRANSPORTE	CÓDIGO	PROGRAMA: 16.91-Transporte Urbano
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 16.91.575-Vias Urbanas	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE: 2.66
CÓDIGO GERAL: 07-07.01-16.91.575-07.01-2.66			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO :			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 07-07.01-16.91.575-07.01-2.66			
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		3.500.000,00
3.1.1.0	PESSOAL		7.500.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil	3.500.000,00	3.500.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		1.750.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		3.750.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	1.750.000,00	1.750.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	2.000.000,00	2.000.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		3.500.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		3.500.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente		3.500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE		COCALINHO-MT = EXERCÍCIO DE 1.992		PLANO DE DESEMIAMENTO DE DESPESAS	
CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.02-Divisão Rodoviária Municipal		
CÓDIGO	FUNÇÃO: 16-TRANSPORTES	CÓDIGO	PROGRAMA: 16.00-Transporte Rodoviário		
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 16.88.534-Estradas Vicinais	CÓDIGO	PROJETO : 1.21		
		CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.48		
CÓDIGO GERAL: 07-07.02-16.88.534-07.02-1.21-2.48					
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO : 1.21: 1-Construção de Bueiros, Pontes e Pontilhões					
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.48-Manutenção e Incentivos com os Serviços de Limpeza e Varrição					
TÍTULOS ELEMENTOS DE DESPESA					
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				215.447.500,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				215.447.500,00
3.1.1.0	PESSOAL				50.000.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil				50.000.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO				110.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS				55.447.500,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais				20.000.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos				35.447.500,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				248.000.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				248.000.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações				85.000.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente				160.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE		COCALINHO-IT - EXERCÍCIO DE 1.992		ANEXO DE DESENVOLVIMENTO DE DESPESAS	
CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIACÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.03-Divisão de Indústria, Comércio e / Serviços.		
CÓDIGO	FUNÇÃO: 11-INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	CÓDIGO	PROGRAMA: 11.02-Indústria		
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 11.02.347-Produção Industrial	CÓDIGO	PROJETO : 1.23		
		CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.70		
CÓDIGO GERAL: 07-07.03-11.02.347-07.03-1.23-2.70					
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO : 1.23-Aquisição de Equipamentos para a Fábrica de Bloco de Município					
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE 2.70-Execução e Serviços dos Serviços de Instalação de Distritos Industriais de Cocalinho					
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				1.000.000,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				16.000.000,00
3.1.1.0	PESSOAL				15.500.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil			15.500.000,00	
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO			17.000.000,00	17.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS				38.500.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	5.485.000,00	5.485.000,00		
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos		20.000.000,00		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				38.207.500,00
4.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				38.207.500,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente			38.207.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO-PI = EXERCÍCIO DE 1.992		PLANO DE ESTABECIMENTO DE DESPESAS	
CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.04-Divisão de Trânsito
CÓDIGO	FUNÇÃO: 16-TRANSPORTES	CÓDIGO	PROGRAMA: 16.91-Transporte Urbano
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 16.91.575-Vias Urbanas	CÓDIGO	PROJETO : 1.25
		CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.72
CÓDIGO GERAL: 07-07.04-16.91.575-07.04-1.25-2.72			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO : 1.25: 1-Conclusão do Terminal Rodoviário Municipal			
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE : 2.72-Contratação e Encargos com os Serviços de Segurança e Manutenção do "Vale Lata" das Viagens			
CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS	RECURSOS DE ORÇAMENTO	RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS
3.1.0.0	<u>DEPESAS DE PESSOAL</u>		
3.1.1.0	PESSOAL		
3.1.1.1	Pessoal Civil	1.750.000,00	1.750.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.750.000,00	1.750.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais		5.250.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos		5.250.000,00
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>		
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>		
4.1.1.0	Obras e Instalações		62.500.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente		41.000.000,00
			103.500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO-NT =EXERCÍCIO DE 1.992.

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.05-Divisão de Serviços Urbanos
CÓDIGO	SLICOS	CÓDIGO	PROGRAMA: 10.60-Serviços de Utilidade Pública
CÓDIGO	FUNÇÃO: 10-HABITAÇÃO E URBANISMO	CÓDIGO	PROJETO : 1.27
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 10.60.325-Limpeza Pública	CÓDIGO	ATIVIDADE: 2.74
CÓDIGO GERAL: 07-07.05-10.60.325-07.05-1.27-2.74			
CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO :	1-Implantação de 30.000 m ² de pavimentação asfáltica nas vias públicas urbanas-sede do Município 2-Implantação de 30.000 metros de Guias, saquetes e Meio-fios na sede do Município 3-Ampliação de 10.000 da Rede de Energia Elétrica Iluminação Pública na Sede do Município		
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE :	4-Aquisição de Equipamentos para manutenção dos Serviços de Limpeza Pública 5-Manutenção e Encargos com os Serviços da Divisão de Serviços Urbanos		
CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS		
3.1.0.0	DESPESAS DE PESSOAL		
3.1.1.0	PESSOAL		
3.1.1.1	Pessoal Civil	124.330,00	124.330,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	5.000.000,00	5.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	2.000.000,00	2.000.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	3.000.000,00	3.000.000,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0	INVESTIMENTOS		
4.1.1.0	Obras e Instalações	30.500.000,00	30.500.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	10.000.000,00	10.000.000,00
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS		
4.2.1.0	Aquisição de Imóveis	4.000.000,00	4.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE

CODALINHO-MT = EXERCÍCIO DE 1.992

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.05-Divisão de Serviços Urbanos
CÓDIGO	FUNÇÃO: 10-HABITAÇÃO E URBANISMO	CÓDIGO	PROGRAMA: 10.60-Serviços de Utilidade Pública
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 10.60.328-Parques e Jardins	CÓDIGO	PROJETO : 1.27 ATIVIDADE: 2.76

CÓDIGO

GERAL: 07-07.05-10.60.328-07.05-1.27-2.76

CARACTERIZAÇÃO

DO PROJETO : 1.27-Contrução da Praça do Terminal Rodoviário Local

CARACTERIZAÇÃO

DA ATIVIDADE : 2.76-Manutenção dos Serviços e Encargos da Divisão de Serviços Urbanos-Parques e Jardins

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESA	R E C U R S O S			
		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	RECURSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	RECURSOS DE CAPITAL	TOTAL
3.1.0.0	DESPESAS DE PESSOAL				10.000.000,00
3.1.1.0	PESSOAL				5.000.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil	5.000.000,00			
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	2.000.000,00			2.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS				3.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	1.000.000,00			
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	2.000.000,00			
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				25.000.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				25.000.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações	24.000.000,00			
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	1.000.000,00			

25.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO-PI = EXERCÍCIO DE 1.992

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.06-Divisão de Abastecimento e Agricultura.
CÓDIGO	FUNÇÃO: 04-AGRICULTURA	CÓDIGO	PROGRAMA: 04.13-Promoção e Extensão Rural
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 04.13.III-Extensão Rural	CÓDIGO	PROJETO ATIVIDADE: 2.78

CODIGO
GERAL: 07-07.06-04.13.III.07.06.2.78

CARACTERIZAÇÃO

DO PROJETO :

CARACTERIZAÇÃO

DA ATIVIDADE : 2.78-Manutenção e Encargos com os serviços da Divisão de Abastecimento e Agricultura

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS	R E C U R S O S		
		RECURSOS PRÓPRIOS	TRANSFERÊNCIAS	OUTROS
3.1.1.0	PESSOAL			13.400.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil	3.000.000,00	3.750.000,00	755.000,00
3.1.3.0	MATERIAL DE CONSUMO	5.875.000,00		7.775.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS			37.525.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	5.875.000,00		
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos		31.750.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			12.555.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			12.555.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente		12.555.000,00	
		18.875.000,00	45.035.000,00	12.805.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE

SOCALINHO-MT = EXERCÍCIO DE 1.992

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO	ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	CÓDIGO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.06-Divisão de Abastecimento e Agricultura.
CÓDIGO	FUNÇÃO: 04-AGRICULTURA	CÓDIGO	PROGRAMA: 04.16-Abastecimento
CÓDIGO	SUB-PROGRAMA: 04.16.097-Inspecção, Padronização e Classificação de Produtos.	CÓDIGO	PROJETO : ATIVIDADE: 2.80
CODIGO SIgnificação de Produtos. GERAL: 07-07.06-04.16.097-07.06-2.80			

CARACTERIZAÇÃO

DO PROJETO :

CARACTERIZAÇÃO

DA ATIVIDADE : 2.80-Manutenção e Encargos com os Serviços da Divisão de Abastecimento e Agricultura

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS	R E C U R S O S		
		RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS ESTADUAIS	TOTAL
3.1.1.1	Pessoal Civil	4.000.000,00	1.555.000,00	5.555.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	7.275.000,00		7.275.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS			27.295.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	5.875.000,00		
3.1.3.2	Diversos Serviços e Encargos		21.420.000,00	
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>			22.755.000,00
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>			22.555.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente		22.555.000,00	
		14.750.000,00	40.055.000,00	54.805.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACALINHO-MT = EXERCÍCIO DE 1.992

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS

CÓDIGO ÓRGÃO: 07-SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÓDIGO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.07-Divisão de Habitação

CÓDIGO FUNÇÃO: 10-HABITAÇÃO E URBANISMO

CÓDIGO PROGRAMA: 10.57-Habitação

CÓDIGO SUB-PROGRAMA: 10.57.316-Habitação Urbana

CÓDIGO PROJETO : 1.29
CÓDIGO ATIVIDADE: 2.82

CÓDIGO

GERAL: 07-07.07-10.57.316-07.07-1.29-2.82

CARACTERIZAÇÃO

DO PROJETO : 1.29-Construção de 50 Casas Populares com Financiamento da Caixa Econômica Federal

CARACTERIZAÇÃO

DA ATIVIDADE : 2.82-Manutenção e Encargos com os Serviços da Divisão de Habitação.

CÓDIGO	ELEMENTOS DE DESPESAS	R E S U M O			
		RECURSOS PROPRIOS	TRANSFERÊNCIAS	OUTROS	TOTAL
3.1.0.0	<u>DESPESAS DE EXERCÍCIO</u>				22.720.000,00
3.1.1.0	PESSOAL				12.720.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil	12.720.000,00			12.720.000,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	2.000.000,00			2.000.000,00
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS				15.000.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	5.000.000,00			
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	10.000.000,00			
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>				60.000.000,00
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>				60.000.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações	50.000.000,00			
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	10.000.000,00			
		12.720.000,00			12.720.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO - EXERCÍCIO DE 1.992

SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR
FUNÇÕES DO GOVERNO - Art. 29 - § 1º - I - 4.320/64

RECEITA	CR\$	CR\$	DESPESA	CR\$	CR\$
<u>RECEITAS CORRENTES</u>			Legislativa	251.220.000,00	
. Receita Tributária	273.600.000,00		. Judiciária		
. Receita Patrimonial			. Administração e Planejamento	536.647.000,00	
. Receita Industrial			. Agricultura	25.610.000,00	
. Transferências Correntes	1.576.400.000,00		. Comunicações		
. Outras Receitas Correntes	8.780.000,00		. Defesa Nacional e Seg. Pública		
<u>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</u>	<u>2.130.000.000,00</u>		. Desenvolvimento Regional		
<u>RECEITAS DE CAPITAL</u>					
. Operações de Crédito	17.000.000,00		Habituação e Urbanismo	251.000.000,00	
. Alienação de Bens Móveis e Imóveis	10.000.000,00		. Indústria, Comércio e Serviço	704.000.000,00	
. Transferências de Capital	851.000.000,00		. Saúde e Saneamento	314.000.000,00	
. Outras Receitas de Capital	309.000.000,00		. Assistência e Previdência	65.610.000,00	
<u>TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL</u>	<u>1.087.000.000,00</u>	3.140.250.000,00	. Transportes	506.647.000,00	
<u>TOTAL GERAL.....</u>	<u>3.217.000.000,00</u>		<u>TOTAL DAS DESPESAS</u>	<u>3.140.250.000,00</u>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO III A PORTARIA SGP Nº 03, DE 04/11/95

LEI Nº 4.320/64 -ANEXO 02 - DESPESA

NATUREZA DA DESPESA = CONSOLIDAÇÃO GERAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			1.858.750.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio			1.840.745.000,00
3.1.1.0	Pessoal		648.925.000,00	
3.1.1.1	Pessoal Civil	648.175.000,00		
3.1.1.3	Obrigações Patronais	5.750.000,00		
3.1.2.0	Material de Consumo		164.080.000,00	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos		726.842.000,00	
3.1.3.1	Remuneração dos Serviços Pessoais	300.140.000,00		
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	426.702.000,00		
3.2.0.0	Transferências Correntes			12.000.000,00
3.2.0.1	Transferências a Instituições Privadas			
3.2.0.2	Transferências a Instituições Públicas			
3.2.0.3	Transferências a Outras Entidades			
3.2.0.4	Encargos da Dívida Contratada Interna			
3.2.0.5	Juros da Dívida Contratada Interna			
3.2.0.6	Contribuições para Formação do Patrimônio e Serviços Públicos			
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			1.281.500.000,00
4.1.0.0	Investimentos			1.265.500.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações		618.761.500,00	
4.1.2.0	Equipamento Material Permanente		526.732.500,00	
4.2.0.0	Investimentos Financeiros			4.000.000,00
4.2.1.0	Aquisição de Imóveis		4.000.000,00	
4.3.0.0	Transferências de Capital			12.000.000,00
4.3.5.0	Amortização da Dívida Interna		12.000.000,00	
4.3.5.1	Amortização da Dívida Contratada	12.000.000,00		
				3.140.250.000,00

*verificar valores salariantes, se houve
suplementações em 1992, se houve,
foi feito crédito especial através da
lei municipal?*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODOALINHO MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCICIO DE 1.992

ADENDO Nº 1 - FOLHA Nº 13, DE 34, 02/85

LEI Nº 4.313/84 - ANEXO 06

ORÇÃO : 01 - CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 01.01 - Plenário

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç ã o	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	<u>LEGISLATIVO</u>	---	115.000.000,00	115.000.000,00
01.01	Processo Legislativo	---	115.000.000,00	115.000.000,00
01.01.001	Ação Legislativa	---	115.000.000,00	115.000.000,00
TOTAL		---	115.000.000,00	115.000.000,00

ÓRGÃO : 01 - CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 01.02 - Gabinete do Presidente

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O D E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
01	<u>LEGISLATIVO</u>	---	34.000.000,00	34.000.000,00
01.01	Processo Legislativo	---	34.000.000,00	34.000.000,00
01.01.001	Ação Legislativa	---	34.000.000,00	34.000.000,00
T O T A L		---	34.000.000,00	34.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ADENDO V - ANEXO 05, DE 04/12/88

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 05

ÓRGÃO : 01 - CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 01.03 - Administração

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	<u>LEGISLATIVO</u>	46.220.000,00	56.000.000,00	102.220.000 00
01.01	Processo Legislativo	46.220.000,00	56.000.000,00	102.220.000 00
01.01.001	Ação Legislativa	46.220.000,00	56.000.000,00	102.220.000 00
TOTAL		46.220.000 00	56.000.000 00	102.220.000 00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CECALINHO MT.

ANEXO V A PORTARIA DE Nº 13, DE 24/01/93

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 02 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02.01 - Gabinete do Prefeito

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O D E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
03	Administração e Planejamento	---	121.402.500,00	121.402.500,00
03.07	Administração	---	121.402.500,00	121.402.500,00
03.07.021	Administração Geral	---	121.402.500,00	121.402.500,00
TOTAL		---	121.402.500,00	121.402.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CECALINHO MT.
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO V A PORTARIA Nº 024 DE 04/02/93

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 02.- GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02.02 - Assessoria de Controle e Planejamento

PROGRAMA DE TRABALHO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	45.000.000,00	45.000.000,00
03.07	Administração	---	45.000.000,00	45.000.000,00
03.07.001	Administração Geral	---	45.000.000,00	45.000.000,00
TOTAL		---	45.000.000,00	45.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO MT.

ACORDO Nº 14/1992 DE 04/02/92

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 02 - GABINETE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02.03 - Assessoria Administrativa

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	9.000.000,00	9.000.000,00
03.07	Administração	---	9.000.000,00	9.000.000,00
03.07.001	Administração Geral	---	9.000.000,00	9.000.000,00
TOTAL		---	9.000.000,00	9.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIM DO MONTE

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1992

ACÓRDÃO Nº 1.234/92 DE 12/02/92

LEI Nº 4.323/94 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 02 - GABINETE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02.04 - Assessoria Jurídica

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
03	Administração e Planejamento	---	20.000.000,00	20.000.000,00
03.07	Administração	---	20.000.000,00	20.000.000,00
03.07.001	Administração Geral	---	20.000.000,00	20.000.000,00
T O T A L		---	20.000.000,00	20.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIM DO MATO

ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/84 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 02 - GABINETE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02.05 - Assessoria Relações Públicas e Turismo

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D Í G O	E S P E C I F I C A Ç ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
02	Administração e Planejamento	---	46.000.000,00	46.000.000,00
02.07	Administração	---	46.000.000,00	46.000.000,00
02.07.021	Administração Geral	---	46.000.000,00	46.000.000,00
T O T A L		---	46.000.000,00	46.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ECIALINHO - MT.

ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO de 1.992

LEI Nº 4.323/84 - ANEXO 05

ÓRGÃO : 02 - GABINETE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02.06 - Junta do Serviços Militar

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
02	Administração e Planejamento	---	10.000.000,00	10.000.000,00
02.07	Administração	---	10.000.000,00	10.000.000,00
02.07.001	Administração Geral	---	10.000.000,00	10.000.000,00
T O T A L		---	10.000.000,00	10.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALEIRAS - PI.

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.323/84 - ANEXO 05

ÓRGÃO : -002 -GABINETE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 02.07 - Unidade municipal de Cadastro -UMC

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
03	Administração e Planejamento	---	20.000.000,00	20.000.000,00
03.07	Administração	---	20.000.000,00	20.000.000,00
03.07.021	Administração Geral	---	20.000.000,00	20.000.000,00
T O T A L		---	20.000.000,00	20.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODALINHO MT.
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO I - SECRETARIA SLF Nº 06, DE 04/02/88
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO D6

ÓRGÃO : 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 03.01 - Gabinete do Secretário

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	10.000.000,00	10.000.000,00
03.07	Administração	---	10.000.000,00	10.000.000,00
03.07.001	Administração geral	---	10.000.000,00	10.000.000,00
TOTAL		---	10.000.000,00	10.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CECALINHO MT.

ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

ACORDO : SECRETARIA SOP Nº 05, DE 04/02/85

LEI Nº 4.820/84 - ANEXO 06

ORGÃO : 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 03.02 - Divisão de Pessoal

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
03	Administração e Planejamento	---	43.245.000,00	43.245.000,00
03.07	Administração	---	43.245.000,00	43.245.000,00
03.07.021	Administração Geral	---	43.245.000,00	43.245.000,00
T O T A L		---	43.245.000,00	43.245.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIM DO MONTE
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO de 1992

ANEXO V - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 05

ORGÃO : 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 03.03 - Divisão de Material

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	36.000.000,00	36.000.000,00
03.07	Administração	---	36.000.000,00	36.000.000,00
03.07.021	Administração Geral	---	36.000.000,00	36.000.000,00
TOTAL		---	36.000.000,00	36.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 03.04 - Divisão Administrativa

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
03	Administração e Planejamento	---	45.255.000,00	45.255.000,00
03.07	Administração	---	45.255.000,00	45.255.000,00
03.07.001	Administração Geral	---	45.255.000,00	45.255.000,00
T O T A L		---	45.255.000,00	45.255.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CECALINHO MT.

ACORDO V A PORTARIA SEC Nº 06, DE 04/00/05

ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.323/64 - ANEXO 06

ORÇÃO : 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 03.05 - Divisão de Serviços Gerais

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I C O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
03	Administração e Planejamento	---	10.000.000,00	10.000.000,00
03.07	Administração	---	10.000.000,00	10.000.000,00
3.02 03.07.021	Administração Geral	---	10.000.000,00	10.000.000,00
T O T A L		---	10.000.000,00,	10.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1992

ALÉM DO VIA PORTARIA SOF Nº 8, de 06/02/85
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 04 - SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 04.04 - Divis^{ão} de Tributação

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	44.000.000,00	44.000.000,00
03.05	Administração Financeira	---	44.000.000,00	44.000.000,00
03.05.030	Administração de Receitas	---	44.000.000,00	44.000.000,00
TOTAL		---	44.000.000,00	44.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIM DO MONTE
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 05

ÓRGÃO : 04 - SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 04.03 - Divisão de Tesouraria

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
03	Administração e Planejamento	---	14.000.000,00	14.000.000,00
03.08	Administração Financeira	---	14.000.000,00	14.000.000,00
03.08.030	Administração de Receitas	---	14.000.000,00	14.000.000,00
TOTAL		---	14.000.000,00	14.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIM DO MONTE
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 04 - SECRETARIA DE FINANÇAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 04.02 - Divisão de Contabilidade

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç ã o	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	10.000.000,00	40.745.000,00	50.745.000,00
03.03	Administração Financeira	10.000.000,00	40.745.000,00	50.745.000,00
03.03.030	Administração de Receitas	10.000.000,00	40.745.000,00	50.745.000,00
TOTAL		10.000.000,00	40.745.000,00	50.745.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE OCCALINHO MT.
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO À LEI Nº 4.323/94, DE 04/02/94
LEI Nº 4.323/94 - ANEXO 08

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 04.01 - Gabinete do Secretário

PROGRAMA DE TRABALHO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	12.000.000,00	12.000.000,00
03.08	Administração Financeira	---	12.000.000,00	12.000.000,00
03.08.01	Administração de Recursos	---	12.000.000,00	12.000.000,00
TOTAL		---	12.000.000,00	12.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 05.01 - Gabinete do Secretário

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	Educação e Cultura	---	35.000.000,00	35.000.000,00
08.42	Ensino Fundamental	---	35.000.000,00	35.000.000,00
08.42.188	Ensino Regular	---	35.000.000,00	35.000.000,00
TOTAL		---	35.000.000,00	35.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992.

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 05

ÓRGÃO : 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 05.02 - Divisão de Ensino

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	Educação e Cultura	298.602.500,00	398.960.000,00	697.562.500,00
08.41	Educação de Crianças de 0 à 6 anos	60.311.250,00	101.000.000,00	161.311.250,00
08.41.185	Creche	22.506.250,00	56.000.000,00	78.506.250,00
08.41.190	Educação Pré-Escolar	37.805.000,00	45.000.000,00	82.805.000,00
08.42	Ensino Fundamental	224.291.250,00	268.960.000,00	493.251.250,00
08.42.188	Ensino Regular	224.291.250,00	268.960.000,00	493.251.250,00
08.43	Educação Especial	12.000.000,00	20.000.000,00	32.000.000,00
08.44	Educação de Jovens e Adultos	10.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00

T O T A L

298.602.500,00

398.960.000,00

697.562.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ADEND. N.º 1 - PORTARIA SGP Nº 3, de 04/02/85

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº 4.320/84 - ANEXO 06

EXERCÍCIO DE 1.992

ÓRGÃO : 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 05,03 - Divisão de Promoções Culturais

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	Educação e Cultura	3.500.000,00	14.000.000,00	17.500.000,00
08.48	Cultura	3.500.000,00	14.000.000,00	17.500.000,00
08.48.247	Difusão Cultural	3.500.000,00	14.000.000,00	17.500.000,00
T O T A L		3.500.000,00	14.000.000,00	17.500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 06.01 - Gabinete do Secretário

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	Saúde e Saneamento	---	21.500.000,00	21.500.000,00
13.75	Saúde	---	21.500.000,00	21.500.000,00
13.75.428	Assistência Médica-Sanitária	---	21.500.000,00	21.500.000,00
TOTAL			21.500.000,00	21.500.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

LET Nº 4.320/64 - ANEXO 26

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 06.02 - Divisão de Saúde Pública

PROGRAMA DE TRABALHO

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALIMHO MT.

ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

RECEBOS Nº 4.000/64 - ANEXO 03

LEI Nº 4.000/64 - ANEXO 03

ÓRGÃO : 06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 06.03 - Divisão Saneamento

PROGRAMA DE TRABALHO

C O D I G O	E S P E C I F I C A Ç Ã O	P R O J E T O S	A T I V I D A D E S	T O T A L
13	Saúde e Saneamento	---	70.775.000,00	70.775.000,00
13.76	Saneamento	---	70.775.000,00	70.775.000,00
13.76.448	Saneamento Geral	---	70.775.000,00	70.775.000,00
TOTAL		---	70.775.000,00	70.775.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ADENDO V A PORTARIA Nº 001/92 de 01/02/92

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 06.04 - Divisão de Assistência Social

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	Saúde e Saneamento	---	54.250.000,00	54.250.000,00
13.75	Saúde	---	54.250.000,00	54.250.000,00
13.75.427	Alimentação e Nutrição	---	54.250.000,00	54.250.000,00
TOTAL		---	54.250.000,00	54.250.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ALENDA - A PORTARIA SGP Nº 8, de 04/02/85
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 06.05 - Divisão de Assistência Médica Sanitária

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	Saúde e Saneamento			
13.76	Saneamento	13.500.000,00	71.500.000,00	85.000.000,00
13.76.430	Fiscalização e Inspeção Sanitária	13.500.000,00	71.500.000,00	85.000.000,00
		13.500.000,00	71.500.000,00	85.000.000,00

TOTAL

13.500.000,00

71.500.000,00

85.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1992

ANEXO 1 - PLANO ANUAL DE 1992 - 31/03/92

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 06.06 - Divisão de Assistência e Previdência

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15	Assistência e PREvidência	43.610.000,00	122.000.000,00	165.610.000,00
15.81	Assistência	---	32.000.000,00	32.000.000,00
15.81.486	Assistência Social Geral	---	32.000.000,00	32.000.000,00
15.82	Previdência	43.610.000,00	90.000.000,00	133.610.000,00
15.82.492	Previdência Social e Segurados	43.610.000,00	90.000.000,00	133.610.000,00
TOTAL		43.610.000,00	122.000.000,00	165.610.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO 1 - PRECATORIA Nº 11, de 04/02/83
LPI Nº 4.320/83 - UEN - 12

ÓRGÃO : 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 07.01 - Gabinete do Secretario

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16	Transporte	*--	21.000.000,00	21.000.000,00
16.91	Transporte Urbano	----	21.000.000,00	21.000.000,00*
16.91.375	Vias Urbanas	---	21.000.000,00	21.000.000,00
TOTAL		---	21.000.000,00	21.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 07.02 - Rodoviária Municipal

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16	Transporte	248.000.000,00	216.647.500,00	464.647.500,00
16.88	Transporte Rodoviário	248.000.000,00	216.647.500,00	464.647.500,00
16.88.534	Estradas Vicinais	248.000.000,00	216.647.500,00	464.647.500,00
TOTAL		248.000.000,00	216.647.500,00	464.647.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ÓRGÃO : 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 07.03 - Divisão de Indústria, Comércio e Serviços

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11	Indústria, Comércio e Serviços			
11.62	Indústria	38.207.500,00	66.000.000,00	104.207.500,00
11.62.347	Produção Industrial	38.207.500,00	66.000.000,00	104.207.500,00
		38.207.500,00	66.000.000,00	104.207.500,00
TOTAL		38.207.500,00	66.000.000,00	104.207.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO I - SECRETARIA DE OBRAS, 16-02/92
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO CB

ÓRGÃO : 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 07.04 - Divisão de Trânsito

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16	Transporte	103.500.000,00	17.500.000,00	121.000.000,00
16.91	Transporte Urbano	103.500.000,00	17.500.000,00	121.000.000,00
16.91.575	Vias Urbanas	103.500.000,00	17.500.000,00	121.000.000,00
TOTAL		103.500.000,00	17.500.000,00	121.000.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO EXERCÍCIO DE 1.992

RECEBOS E RECEBOS Nº 4, de 04/02/92
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 07.05 - Divisão de Serviços Urbanos

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	Habitação e Urbanismo	120.500.000,00	38.000.000,00	158.500.000,00
10.60	Serviços de Utilidade Públicas	120.500.000,00	38.000.000,00	158.500.000,00
10.60.325	Limpeza Pública	96.500.000,00	24.000.000,00	120.500.000,00
10.60.328	Parques e Jardins	24.000.000,00	14.000.000,00	38.000.000,00
TOTAL		120.500.000,00	38.000.000,00	158.500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL - COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

281 24 4.520/94 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 07.06 - Divisão de Abastecimentos e Agricultura

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	Agricultura	---	125.610.000,00	125.610.000,00
04.16	Abastecimentos	---	62.805.000,00	62.805.000,00
04.16.097	Inspeção Padronização e Classificação de Produtos	---	62.805.000,00	62.805.000,00
04.18	Promoção e Extensão Rural	---	62.805.000,00	62.805.000,00
04.18.111	Extensão Rural	---	62.805.000,00	62.805.000,00
TOTAL		---	125.610.000,00	125.610.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ADENDO À PORTARIA SUP Nº 8, de 04/09/95
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO : 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 07.07 - Divisão de Habitação

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	Habitação e Urbanismo	50.000.000,00	42.720.000,00	92.720.000,00
10.57	Habitação	50.000.000,00	42.720.000,00	92.720.000,00
10.57.316	Habitação Urbana	50.000.000,00	42.720.000,00	92.720.000,00
TOTAL		50.000.000,00	42.720.000,00	92.720.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* strain on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strain 104. The concentration of the *Agrobacterium* strain 104 was 10⁶ cells/ml (A), 10⁷ cells/ml (B), 10⁸ cells/ml (C), 10⁹ cells/ml (D), 10¹⁰ cells/ml (E), and 10¹¹ cells/ml (F). The concentration of the *Agrobacterium* strain 104 was 10⁶ cells/ml (A), 10⁷ cells/ml (B), 10⁸ cells/ml (C), 10⁹ cells/ml (D), 10¹⁰ cells/ml (E), and 10¹¹ cells/ml (F). The concentration of the *Agrobacterium* strain 104 was 10⁶ cells/ml (A), 10⁷ cells/ml (B), 10⁸ cells/ml (C), 10⁹ cells/ml (D), 10¹⁰ cells/ml (E), and 10¹¹ cells/ml (F).

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO :

[illegible]

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ADENDO À PORTARIA 305 DE 03/08/95

ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	EDUCAÇÃO E CULTURA	319.002.500,00	465.400.000,00	785.062.500,00
08.41	Educação de Crianças de 0 à 6 anos	60.111.250,00	101.000.000,00	161.311.250,00
08.41.135	Creche	22.121.250,00	10.000.000,00	32.121.250,00
08.41.190	Educação Pré-escolar	38.000.000,00	91.000.000,00	129.000.000,00
08.43	Ensino Fundamental	221.000.000,00	264.000.000,00	485.000.000,00
08.43.221	Desporto Amador	11.000.000,00	15.000.000,00	26.000.000,00
08.48	Cultura	11.000.000,00	14.000.000,00	25.000.000,00
08.48.047	Difusão Cultural	11.000.000,00	14.000.000,00	25.000.000,00
08.49	Educação Especial	11.000.000,00	30.000.000,00	41.000.000,00
08.49.252	Educação Compesatória	11.000.000,00	29.000.000,00	40.000.000,00
		319.602.500,00	465.460.000,00	785.062.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO 7 À PORTARIA S.F. Nº 13, DE 04/02/93
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13	SAÚDE E SANEAMENTO	48.500.000,00	265.525.000,00	314.025.000,00
13.75	Saúde	35.000.000,00	123.250.000,00	158.250.000,00
13.75.427	Alimentação e Nutrição	---	54.250.000,00	54.250.000,00
13.75.428	Assistência Médica-Sanitária	35.000.000,00	69.000.000,00	104.000.000,00
13.76	Saneamento	13.500.000,00	142.275.000,00	155.775.000,00
13.76.430	Fiscalização e Inspeção Sanitária	13.500.000,00	71.100.000,00	84.600.000,00
		---	71.175.000,00	71.175.000,00
15	ASSISTÊNCIA SOCIAL	---	---	---
15.81	Assistência	---	77.000.000,00	77.000.000,00
15.81.486	Assistência Social Geral	---	32.000.000,00	32.000.000,00
15.82	Previdência	43.000.000,00	90.000.000,00	133.000.000,00
15.82.492	Previdência Social a Segurados	43.000.000,00	90.000.000,00	133.000.000,00
		92.110.000,00	387.525.000,00	479.635.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.992

ANEXO À PORTARIA SGP Nº 06, DE 04/02/95

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	AGRICULTURA	---	125.610.000,00	125.610.000,00
04.16	Abastecimentos	---	62.805.000,00	62.805.000,00
04.16.097	Inspeção Padronização e Classificação de Produtos	---	62.805.000,00	62.805.000,00
04.16	Promoção - Circulação Turística	---	62.805.000,00	62.805.000,00
04.16.141	Inspeção Turística	---	62.805.000,00	62.805.000,00
10.57	Indústria	---	38.207.500,00	38.207.500,00
10.57.316	Habituação Agrária	---	38.207.500,00	38.207.500,00
10.60	Serviços de Utilidade Pública	100.000.000,00	38.000.000,00	138.000.000,00
10.60.325	Limpeza Pública	96.000.000,00	38.000.000,00	134.000.000,00
10.60.328	Parques e Jardins	24.000.000,00	14.000.000,00	38.000.000,00
11	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	38.207.500,00	66.000.000,00	104.207.500,00
11.62	Indústria	38.207.500,00	66.000.000,00	104.207.500,00
11.62.347	Produção Industrial	38.207.500,00	66.000.000,00	104.207.500,00
16	TRANSPORTE	351.500.000,00	255.147.500,00	606.647.500,00
16.88	Transporte Rodoviário	248.000.000,00	216.647.500,00	464.647.500,00
16.88.534	Estradas Vicinais	248.000.000,00	216.647.500,00	464.647.500,00
16.91	Transporte Urbano	103.500.000,00	38.500.000,00	142.000.000,00
16.91.575	Vias Urbanas	103.500.000,00	38.500.000,00	142.000.000,00

38.207.500,00 38.500.000,00 1.057.685.000,00



BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.

NOME E ENDEREÇO DO CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO C/MOVIMENTO

05-271-4

FOLHA Nº

101

S P M

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
29.11.91					3.885.238,43	
02.12.91	784645	01	754.700,00			
02.12.91	784644	01	310.000,00			
02.12.91	784641	01	102.125,00			
02.12.91	586497	01	55.440,00			
02.12.91	784636	01	120.000,00			
02.12.91	784639	01	36.820,00			
02.12.91	994706	01	113.040,00			
02.12.91	994766	01	45.260,00			
02.12.91	994766	01	45.260,00			
03.12.91	784646	01	533.000,00			
03.12.91	994765	01	44.380,80			
03.12.91	994734	01	48.249,80			
03.12.91	994734	01	48.249,80			
03.12.91	784647	01	100.000,60			
03.12.91	994761	01	48.249,80			
03.12.91	994707	01	33.861,84			
03.12.91	994715	01	45.360,00			
03.12.91	994710	01	90.500,00			
03.12.91	784280	01	1.050.000,00			
03.12.91	994751	01	41.000,00			
03.12.91	586294	01	185.000,00	54.000,00		
04.12.91	784631	13	1.000.000,00			
04.12.91	994797	01	35.000,00	4.000,00		
04.12.91	994798	01	52.500,00			
04.12.91	994788	01	42.000,00			
04.12.91	994749	01	57.380,00			
04.12.91	784646	01	62.411,40			
					131.336,37	
					53.663,63	
					336,37	
					999.663,63	

GABINETE DO PREFEITO
Cid. João Marek
Prefeito Municipal05 - Comissão
06 - Cheque Devolvido
07 - Imposto de Renda08 - Compensação
09 - Dep. de TIL Descontados
10 - Saldo Carreador11 - Dep. em Diáritro
12 - Dep. em Cheque
13 - Dep. em Conta14 - Dividendo
15 - TIL Descontados
16 -
17 -18 -
19 -
20 -

PREFEITURA MUNICIPAL COCALINHO C/MOVIMENTO
CGC 00965.145/0001-27

ROMENCATURA DA FONTE

[illegible]

GABINETE DO PREFEITO
Estevão Moreira de Lima
Prefeito Municipal

BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO

BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO

NOME E ENDEREÇO DO CLIENTE

05-271-4

FOLHA Nº

NOMENCLATURA DA CONTA

PREFEITURA MUNICIPAL COCALINHO O/MOVIMENTO

Daniel César
Chato da
1095
S P M

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
09.12.91	784297	13	280.000,00			
09.12.91	986484	13	1.000.000,00			
09.12.91	784621	13	513.000,00			
09.12.91	784245	13	167.000,00		5.816.258,11	
09.12.91	994571	01	2.959.000,00			
09.12.91	994.753	01	48.249,80			
09.12.91	994777	01	124.800,00			
09.12.91	994570	01	50.000,00		2.634.208,31	
09.12.91	994573	01	170.600,00		2.463.608,31	
01.12.91				5.000.000,00	7.463.608,31	
10.12.91			40.249,80			
10.12.91			170.600,00			
10.12.91	994778	01	150.666,67			
10.12.91	994779	01	52.500,00			
10.12.91	994780	01	43.249,80		7.006.331,64	
10.12.91	994778	01	48.249,80			
10.12.91	994702	01	54.000,00			
10.12.91	994746	01	37.500,00			
10.12.91	994762	01	55.200,00			
10.12.91	994771	01	60.000,00		6.751.382,04	
10.12.91		04*	261.303,26		6.490.078,78	
11.12.91	784300	13	600.000,00		5.198.078,78	
11.12.91	784299	13	692.000,00			
11.12.91	994744		42.000,00			
11.12.91	994765	01	48.249,80			
11.12.91	994576	01	332.000,00			
11.12.91	994738	01	42.000,00			

GABINETE DO PREFEITO
 Sebastião Moreira da Silva
 Prefeito Municipal

01 -

02 -

03 -

04 -

05 -

06 -

07 -

08 -

09 -

10 -

11 -

12 -

13 -

14 -

15 -

16 -

17 -

18 -

19 -

20 -

21 -

22 -

23 -

24 -

25 -

26 -

27 -

28 -

29 -

52

~~GABINETE DO PREFEITO~~
~~Sebastião Marcelino de Lima~~
~~Presidente Municipal~~

01 - Cheques	06 - Comissão	10 - Comp.	12 -	50 - Dep. em Dinheiro	54 - Dividendo	56 -
02 - Débito a	07 - Cheque Devolvido	11 - Dep.	14 -	51 - Dep. em Cheque	55 - Tit. Descontados	58 -
03 - Cheque	08 - Depósito de Renda	12 - Gerd.	16 -	52 - Crédito em Conta	56 -	59 -
04 - Juros	09 - Fim. do Exercício	13 - Estorno	18 -	53 - Arrec. de Proventos	57 -	60 -



BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

05.2/1-4

NOME E ENDEREÇO DO CLIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL CONTA MOVIMENTO

FOLHA Nº

SPM

NOMENCLATURA DA CONTA

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
11.12.91	994728	1	42.249,80		1.915.718,30	
11.12.91	994556	1	210.527,70			
11.12.91	994759	1	60.000,00			
11.12.91	994712	1	60.000,00			
11.12.91	994739	1	37.640,00			
11.12.91	994716	1	42.000,00		1.675.078,30	
11.12.91	994714	1	41.000,00			
11.12.91	994713	1	82.160,00			
11.12.91	994579	1	42.000,00			
11.12.91	994772	1	32.249,80			
11.12.91	994720	1	54.749,80		1.650.000,00	
11.12.91	994721	1	37.500,00			
11.12.91	994587	1	204.100,00			
11.12.91	994593	1	5.665.000,00			
11.12.91	994572	1	168.550,00			
11.12.91	994741	1	48.000,00		1.407.627,64	
11.12.91	994592	1	2.200.000,00			
12.12.91	0	54		1.650.000,00		
12.12.91	994779	1	38.640,00			
12.12.91	994760	1	48.249,80			
12.12.91	994708	1	38.749,80		2.569.390,08	
12.12.91	994729	1	43.249,80			
12.12.91	994588	1	20.138,16			
12.12.91	994718	1	197.200,00			
12.12.91	994742	1	42.000,00			
12.12.91	994590	1	260.000,00			
13.12.91	994565	13	90.000,00			
13.12.91	994566	13	80.000,00			
13.12.91	784634	13	225.000,00			
13.12.91	586499	13	459.950,00			

SECRETARIA DO PREFEITO
Setor de Contas de 21mo

05 - Cheques
Débito em Conta
Cheque Visado
- Pagos

06 - Comissão
07 - Cheque Devolvido
08 - Imposto de Renda
09 - Data de Cancelamento

10 - Compensação
11 - Dep. de Tit. Descontados
12 - Saldo Carreador
13 -

14 -
15 -
16 -

17 - Dep. em Dinheiro
18 - Dep. em Dinheiro
19 - Crédito em Conta
20 - Saldo de Transferência

21 - Dividendo
22 - Tit. Descontados
23 -
24 -

25 -
26 -
27 -



BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.

NOME E ENDEREÇO DO CLIENTE

05.271-4

Diga Cezar da Silva Ribeiro
Diretor da Seção
CONTABILIDADE DA CONTA

PREFEITURA MUNICIPAL COCALINHO CONTA MOVIMENTO

FOLHA Nº

SPM

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
13.12.91	994719	13	48.720,00			
13.12.91	994568	13	20.700,00			
13.12.91	994562	13	17.100,00			
13.12.91	784633	13	225.000,00		1.402.920,08	
13.12.91	994596	13	1.000.000,00			
13.12.91	994740	51	43.249,80			
13.12.91	994777	1	47.249,80			
13.12.91	994770	1	90.571,32			
13.12.91	994793	1	30.000,00			
13.12.91	994788	1	43.249,80		243.500,36	
13.12.91	994788	1	80.000,00			
13.12.91	994788	1	100.000,00		2.020,00	
13.12.91	994596	1	400.000,00			
13.12.91	994582	1	40.000,00			
16.12.91	994581	1	55.880,00			
16.12.91	994767	1	48.249,80			
16.12.91	994790	1	48.249,80			
16.12.91	994789	1	46.249,80			
16.12.91	994599	1	78.000,00			
16.12.91	994800	1	27.391,54		1.820.421,58	
16.12.91	0	51		2.000.000,00		
12.12.91	994575	52		1.000.000,00		
16.12.91	0	5	1.800,00		1.177.778,42	
17.12.91	994589	1	33.499,80			
17.12.91	784611	13	1.168.824,36		24.545,74	
17.12.91	0	51		500.000,00	475.454,26	
18.12.91	784642	13	80.000,00			
18.12.91	994758	13	48.249,80		347.204,46	
18.12.91	994665	13	200.000,00			
18.12.91	632600	52		4.401.813,73		

CABINETE DO PREFEITO
Eduardo Modesto de Almeida
Folha 10/1001 - Cheques
02 - Débito em Conta
03 - Cheque Visado04 - Comissão
05 - Crédito Devolvido
06 - Imposto de Renda07 - Despesa
08 - Despesa em Conta
09 - Despesa em Conta10 - Despesa em Conta
11 - Despesa em Conta
12 - Despesa em Conta13 - Despesa em Conta
14 - Despesa em Conta
15 - Despesa em Conta16 - Despesa em Conta
17 - Despesa em Conta
18 - Despesa em Conta19 - Despesa em Conta
20 - Despesa em Conta
21 - Despesa em Conta



BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.

NOME E ENDEREÇO DO CLIENTE

FOLHA Nº

Nº DA FOLHA DA CONTA

PREFEITURA MUNICIPAL SOCALINHO CONTA MOVIMENTO

SPM

DATA	DOCUMENTO	HIST	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	CT
18.12.91	784283	1	48.249,80			
18.12.91	994796	1	42.000,00			
18.12.91	986496	1	826.300,00			
18.12.91	994658	1	300.000,00			
18.12.91	994570	1	86.499,60		3.335.968,79	
18.12.91	0	51		11.000.000,00		
18.12.91	994657	1	3.329.700,00		11.006.268,79	
18.12.91	0	4	67.327,55			
18.12.91	0	4	22.846,00		10.828.695,24	
18.12.91	994672	1	700.000,00			
18.12.91	994674	1	3.577,00			
18.12.91	0	1			10.828.695,24	
18.12.91	994681	1	173.291,00			
18.12.91	994680	1	30.000,00		9.929.392,04	
18.12.91	994673	1	1.707.100,00		8.222.292,04	
23.12.91	704290	10	270.000,00			
23.12.91	994785	13	48.249,80			
23.12.91	994564	13	985.000,00		6.809.032,24	
23.12.91	994679	1	106.350,00			
23.12.91	994763	1	42.000,00			
23.12.91	994736	1	42.249,80			
23.12.91	994669	1	532.962,00			
23.12.91	994585	1	507.000,00			
23.12.91	994794	1	67.644,72			
23.12.91	994558	1	310.500,00			
23.12.91	994661	1	30.000,00			
23.12.91	994692	1	50.000,00			
23.12.91	994681	1	60.950,00			
23.12.91	994725	1	43.249,80			
23.12.91	994639	1	60.000,00			

GABINETE DO PREFEITO
Sérgio Marcelo de Lima
Prefeito Municipal

05 - Comissão
06 - Cheque Devalido
07 - Imposto de Renda
08 - Desc. de Comunicação

13 -
14 -
15 -
16 - Estorno

Diabreia
Cheque
Nota
Pagamento

54 - Dividendo
55 - Til. Descontados
56 -
57 -

58 -
59 - Estorno



NAME & ADDRESS OF CLIENT

05.271.2

FOLHA Nº

PREFEITURA MUNICIPAL COCALINHO CONTRA MOVIMENTO

SPM

CHETA 40 5638

09 - Cheques
10 - Débito em Caixa
11 - Cheque Vencido

OS -
CR -
B: -

60 - Compensação
10 - C&A. de Tit. Descontados
11 - Saldo Devedor
12 -

14 -
14 -
15 -

50 - Dep. em Dinheiro
51 - Dep. em Cheque
52 - Crédito em Conta
53 - Ordem de Pagamento

34
55
22
22

56 -

GABINETE DO PREFEITO
Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

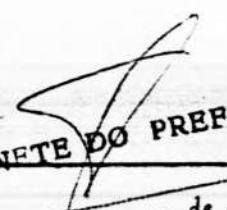
Dez/91

RECEIVED: 12 AUGUST 1989, 10:10

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO C6

ÓRGÃO: 01-CÂMARA MUNICIPAL

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
01	Legislativo	---	46.540.123,68	46.540.123,68
01.01	Processo Legislativo	---	46.540.123,68	46.540.123,68
01.01.001	Ação Legislativa	---	46.540.123,68	46.540.123,68
 GABINETE DO PREFEITO Sebastião Moreira de Lima Prefeito Municipal				
TOTAL		---	46.540.123,68	46.540.123,68

GABINETE DO PREFEITO

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

COCA LINDA, 31 de Dezembro de 1.901.

ACUMULADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ESTADO DE MATO GROSSO

DEA/91

ANEXO V À PORTARIA SOP Nº 08, DE 04/02/85

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	42.997.924,16	42.997.924,16
03.07	Administração	---	42.997.924,16	42.997.924,16
03.07.021	Administração Geral	---	42.997.924,16	42.997.924,16
GABINETE DO PREFEITO		---	42.997.924,16	42.997.924,16

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

COCALINHO, 31 de Dezembro de 1.991.

ACUMULADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ADENDO V À PORTARIA DOP Nº 08, DE 04/02/85

ESTADO DE MATO GROSSO

DEZ/91

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	7.837.239,72	48.028.911,09	55.866.150,81
03.07	Administração	7.837.239,72	48.028.911,09	55.866.150,81
03.07.021	Administração Geral	7.837.239,72	48.028.911,09	55.866.150,81
GABINETE DO PREFEITO				

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

TOTAL

7.837.239,72

48.028.911,09

55.866.150,81

COCALINHO, 31 de Dezembro de 1991

LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

DEZ/81

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE FINANÇAS

PROGRAMA DE TRABALHO :

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE FINANÇAS				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
03	Administração e Planejamento	---	20.036.282,43	20.036.282,43
03.07	Administração	---	20.036.282,43	20.036.282,43
03.07.021	Administração Geral	---	20.036.282,43	20.036.282,43

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

Seba tiño Moreira de Lima
Prestito Municipal

~~TOTAL~~

31 de Dezembro de 1.991.

acumulado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

DEZ/91

ADENDO À PORTARIA SUP Nº 08, DE 04/02/89
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

PROGRAMA DE TRABALHO :

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
08	Educação e Cultura	85.054.990,21	75.126.080,11	160.181.070,32
08.42	Ensino Fundamental	59.254.990,21	71.229.910,10	130.484.900,31
08.42.188	Ensino Regular	59.254.990,21	71.229.910,10	130.484.900,31
08.46	Educação Física e Desporto	25.800.000,00	3.716.170,01	29.516.170,01
08.46.224	Desporto Amador	25.800.000,00	3.716.170,01	29.516.170,01
08.48	Cultura	---	180.000,00	180.000,00
08.48.247	Cultura	---	180.000,00	180.000,00
GABINETE DO PREFEITO				
Debaílio Moreira de Lima Prefeito Municipal				
		85.054.990,21	75.126.080,11	160.181.070,32

ACUMULADO

ADENDO À PORTARIA SGP Nº 09, DE 04.02.91
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

DEZ/91

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	Habitação e Urbanismo	---	80.000,00	80.000,00
10.57	Habitação	---	80.000,00	80.000,00
10.57.316	Habitação Urbana	---	80.000,00	80.000,00
13	Saúde e Saneamento	10.009.880,00	49.758.011,24	59.767.891,24
13.75	Saúde	10.009.880,00	49.758.011,24	59.767.891,24
13.75.428	Assistência Médica-Sanitária	---	29.990.571,05	29.990.571,05
13.75.432	Saúde Materna Infantil	10.009.880,00	19.767.440,19	29.777.320,19

GABINETE DO PREFEITO

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

TOTAL 10.009.880,00 49.838.011,24 59.847.891,24

ACUMULADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

DEZ/91

ANEXO V À PORTARIA SIF Nº 08, DE 04.02.95
LEI Nº 4.320/64 - ANEXO 06

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROGRAMA DE TRABALHO :

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
10	Habitação e Urbanismo	7.073.834,00	24.649.203,33	31.723.037,33
10.58	Urbanismo	---	1.666.546,40	1.666.546,40
10.58.323	Planejamento Urbano	---	1.666.546,40	1.666.546,40
10.60	Serviços de Utilidade Pública	7.073.834,00	22.982.656,93	30.056.490,93
10.60.325	Limpeza Pública	7.073.834,00	22.982.656,93	30.056.490,93
16	Transporte	7.678.000,00	41.577.656,43	49.255.656,43
16.88	Transporte Rodoviário	7.678.000,00	41.577.656,43	49.255.656,43
16.88.532	Terminal Rodoviário	3.000.000,00	---	3.000.000,00
16.88.534	Estradas Vicinais	2.658.000,00	41.577.656,43	44.235.656,43

GABINETE DO PREFEITO

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

14.751.834,00 | 66.226.859,76 | 80.978.693,76

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMA E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L
01	<u>Legislativo</u>	---	46.540.123,68	46.540.123,68
01.01	<u>Processo Legislativo</u>	---	46.540.123,68	46.540.123,68
01.01.001	<u>Ação Legislativa</u>	---	46.540.123,68	46.540.123,68
03	<u>Administração e Planejamento</u>	7.837.239,72	111.063.117,68	118.900.357,40
03.07	<u>Administração</u>	7.837.239,72	111.063.117,68	118.900.357,40
03.07.021	<u>Administração Geral</u>	7.837.239,72	111.063.117,68	118.900.357,40
08	<u>Educação e Cultura</u>	85.054.990,21	75.126.080,11	160.181.070,32
08.42	<u>Ensino Fundamental</u>	59.254.990,21	71.229.910,10	130.484.900,31
08.42.138	<u>Ensino Regular</u>	59.254.990,21	71.229.910,10	130.484.900,31
08.46	<u>Educação Física e Desporto</u>	25.800.000,00	2.715.170,01	28.515.170,01
08.46.004	<u>Desporto Amador</u>	25.800.000,00	2.715.170,01	28.515.170,01
08.48	<u>Cultura</u>	---	180.000,00	180.000,00
08.48.247	<u>Cultura</u>	---	180.000,00	180.000,00
10	<u>Habituação e Urbanismo</u>	7.073.834,00	22.729.203,00	31.803.037,00
10.57	<u>Habituação</u>	---	80.000,00	80.000,00
10.57.316	<u>Habituação Urbana</u>	---	80.000,00	80.000,00
10.58	<u>Urbanismo</u>	---	1.666.546,40	1.666.546,40
10.58.323	<u>Planejamento Urbano</u>	---	1.666.546,40	1.666.546,40
10.60	<u>Serviços de Utilidade Pública</u>	7.073.834,00	22.982.656,93	30.056.490,93
10.60.325	<u>Limpeza Pública</u>	7.073.834,00	22.982.656,93	30.056.490,93
13	<u>Saúde e Saneamento</u>	10.009.880,00	49.758.011,24	59.767.891,24
13.75	<u>Saúde</u>	10.009.880,00	49.758.011,24	59.767.891,24
13.75.428	<u>Assistência Médica-Sanitária</u>	---	29.990.571,05	29.990.571,05
13.75.432	<u>Saúde Materna Infantil</u>	10.009.880,00	19.767.440,19	29.777.320,19
16	<u>Transporte</u>	7.678.000,00	41.577.656,43	49.255.656,43
16.88	<u>Transporte Rodoviário</u>	7.678.000,00	41.577.656,43	49.255.656,43
16.88.532	<u>Terminal Rodoviário</u>	5.020.000,00	---	5.020.000,00
16.88.534	<u>Estradas Vicinais</u>	2.658.000,00	41.577.656,43	44.235.656,43
GABINETE DO PREFEITO		117.653.943,93	348.794.192,47	466.448.136,40

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01	<u>Legislativo</u>	46.540.123,68	---	46.540.123,68
01.01	<u>Processo Legislativo</u>	46.540.123,68	---	46.540.123,68
01.01.001	<u>Ação Legislativa</u>	46.540.123,68	---	46.540.123,68
03	<u>Administração e Planejamento</u>	11.063.117,68	7.837.239,72	118.900.357,40
03.07	<u>Administração</u>	11.063.117,68	7.837.239,72	118.900.357,40
03.07.021	<u>Administração Geral</u>	11.063.117,68	7.837.239,72	118.900.357,40
08	<u>EDUCAÇÃO E CULTURA</u>	75.126.080,11	85.054.990,21	160.181.070,32
08.32	<u>Ensino Fundamental</u>	71.229.910,10	59.254.990,21	130.484.900,31
08.42.188	<u>Ensino Regular</u>	71.229.910,10	59.254.990,21	130.484.900,31
08.46	<u>Educação Física e Desporto</u>	3.716.170,01	25.800.000,00	29.516.170,01
08.46.221	<u>Desporto Amador</u>	3.716.170,01	25.800.000,00	29.516.170,01
08.46.221	<u>Cultura</u>	120.000,00	---	120.000,00
08.46.221	<u>Cultura</u>	120.000,00	---	120.000,00
10	<u>HABITAÇÃO E URBANISMO</u>	30.000,00	---	30.000,00
10.57	<u>Habitação</u>	30.000,00	---	30.000,00
10.57.316	<u>Habitação Urbana</u>	1.666.546,40	---	1.666.546,40
10.58	<u>Urbanismo</u>	1.666.546,40	---	1.666.546,40
10.58.323	<u>Planejamento Urbano</u>	22.982.656,93	7.073.834,00	30.056.490,93
10.60	<u>Serviços de Utilidade Pública</u>	22.982.656,93	7.073.834,00	30.056.490,93
10.60.325	<u>Limpeza Pública</u>	49.758.011,24	10.009.880,00	59.767.891,24
13	<u>SAÚDE E SANEAMENTO</u>	49.758.011,24	10.009.880,00	59.767.891,24
13.75	<u>Saúde</u>	29.990.571,05	---	29.990.571,05
13.75.428	<u>Assistência Médica-Sanitária</u>	19.767.440,19	10.009.880,00	29.777.320,19
13.75.432	<u>Saúde Materna Infantil</u>	41.577.656,43	7.678.000,00	49.255.656,43
16	<u>Transporte</u>	41.577.656,43	7.678.000,00	49.255.656,43
16.88	<u>Transporte Rodoviário</u>	---	5.020.000,00	5.020.000,00
16.88.532	<u>Terminal Rodoviário</u>	---	5.020.000,00	5.020.000,00
16.88.534	<u>Estradas Vicinais</u>	41.577.656,43	2.658.000,00	44.235.656,43

GABINETE DO PREFEITO

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

COCALINHO, 31 de Dezembro 1.991.

T O T A L 348.794.192,47 117.653.943,93 466.448.136,40

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

ÓRGÃO \ FUNÇÕES	Legislativo	Administração e Planejamento	Educação e Cultura	Habitação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Transporte
01 - CÂMARA MUNICIPAL	46.540.123,68	---	---	---	---	---
02 - GABINETE DO PREFEITO	---	42.997.924,16	---	---	---	---
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	---	55.866.150,81	---	---	---	---
04 - SECRETARIA DE FINANÇAS	---	20.036.282,43	---	---	---	---
05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	---	---	160.181.070,32	---	---	---
06 - SECRETARIA DE SAÚDE, SANEAMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL	---	---	---	80.000,00	59.767.891,24	---
07 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	---	---	---	31.803.037,33	---	19.255.050,00

GABINETE DO PREFEITO

Deputado Manoel de Almeida

SOMA 46.540.123,68 115.900.357,40 160.181.070,32 31.803.037,33 59.767.891,24 19.255.050,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOICALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 1.991.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA
ANEXO - I, DA LEI Nº 4.320/64 - ADENDO LI À PORT. SOF. Nº S D/4/2/85

RECEITA	CR\$		DESPESA	CR\$	
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária	19.096.125,15				
Receitas de Contribuições	***		Despesas de Custeio	341.642.188,23	
Receitas Patrimonial	***		Transferências Correntes	3.501.738,29	
Receitas Agropecuária	***				
Receitas Industrial	***				
Receitas de Serviços	***				
Transferências Correntes	301.240.865,47				
Outras Receitas Correntes	***	320.336.990,62			345.143.926,52
- Deficit		24.806.935,90	- Superavit		
TOTAL		345.143.926,52	TOTAL		345.143.926,52
Superavit			Deficit		
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	***		Investimentos	11.540.230,15	
Alienação de Bens	2.500.000,00		Inversões Financeiras	1.441.979,72	
Transferências de Capital	125.076.540,85		Transferências de Capital		121.304.209,88
Outras Receitas de Capital	***	125.576.540,85			4.272.330,97
Deficit		***	Superavit		
TOTAL		125.576.540,85	TOTAL		125.576.540,85
RECEITAS CORRENTES	CR\$	320.336.990,62	DESPESAS CORRENTES	CR\$	345.143.926,52
RECEITAS DE CAPITAL	CR\$	125.576.540,85	DESPESAS DE CAPITAL	CR\$	121.304.209,88
DEFICIT	CR\$	20.534.604,93	SUPERAVIT	CR\$	****

GABINETE DO PREFEITO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIORECEITA

Anexo - 12

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias	49.000.000,00	19.096.135,15	30.503.874,85
Receita Patrimonial	-----	-----	-----
Receita Industrial	-----	-----	-----
Transferências Correntes	320.301.400,00	301.240.865,47	28.320.294,53
Outras Receitas Correntes	-----	-----	-----
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	5.000.000,00	-----	5.000.000,00
Alienação de Bens	12.000.000,00	2.500.000,00	9.500.000,00
Transferências de Capital	218.000.000,00	133.026.540,85	94.923.459,15
SOMA	614.101.400,00	445.913.531,47	168.247.628,53
DÉFICIT	-----	20.534.604,93	-20.534.604,93
TOTAL	614.101.400,00	466.448.136,40	147.713.023,60

DESPESAS

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Créditos Orçamentários e Suplementares	605.900.000,00	102.356.102,40	147.609.557,60
Créditos Especiais	24.100.000,00	26.091.531,00	103.466,00
SOMA	614.101.400,00	128.448.135,40	147.713.023,60
SUPERÁVIT	-----	-----	-----
TOTAL	614.101.400,00	466.448.136,40	147.713.023,60

COCALINHO, 31 de dezembro de 1991.

01	FIAT 147 Gas.	30.000,00	30.000,00
04	Mesa p/escritório 120	7.600,00	7.600,00
02	Mesa p/escritório 150	4.400,00	4.400,00
01	Arquivo de aço 05 gav. Ideal	10.800,00	10.800,00
01	Banco Comum	600,00	600,00
02	Prateleira 2.20x4	8.000,00	8.000,00
03	Cantoneira	1.440,00	1.440,00
01	Motosserra Stihl 08 43cm	40.000,00	40.000,00
01	Furadeira intertec 333p/200	5.900,00	5.900,00
01	Bitoneira 320L c/motor 450.1.1	45.000,00	45.000,00
06	Bancos comuns c/cimento 210x110	40.800,00	40.800,00
01	Poltrona presidente brasileira	49.733,00	49.733,00
04	Cadeira fixa brasileira	36.348,00	36.348,00
01	Estante cerejeira	44.747,00	44.747,00
01	Armário de aço	45.247,00	45.247,00
01	Mesa 4 gavetas cerejeira	32.245,00	32.245,00
01	Cofre executivo	88.781,00	88.781,00
01	Sofanete s/ encosto	21.201,00	21.201,00
01	Mesa presidente	46.190,00	46.190,00
01	Maq. escrever c/corret. olivetti	84.210,00	84.210,00
01	Maq. calcular olivetti	52.831,00	52.831,00
01	Mesa vibratória 2xl com motor	182.160,60	182.160,60
42	Metros de gigão veterroun 1/2	37.199,10	37.199,10
02	Formas p/ meio fil 5d	15.630,00	15.630,00
01	Mesa p/escritório c/4 gavetas	10.000,00	10.000,00
01	Cama cerejeira solteiro	2.800,00	2.800,00
01	Estante 1 corpo	5.000,00	5.000,00
01	Tanque	160.000,00	160.000,00
03	Bebedouro água pres. belmonte	49.950,00	49.950,00
03	Formas de bloquete 3xl	25.010,00	25.010,00
01	Motor elétrico trif. 75 m	28,90	28,90
01	Chave de comando brindada 1/2	142,40	142,40
01	Bomba p/ abatecimento rotabon	48,00	48,00
01	Fogão a gás dako	24,76	24,76
01	Caixa de cambio vw	55,00	55,00
01	Cofre de 500 Kg.	30,00	30,00
20	Lotes de 360 m ²	930,00	930,00
	Parcela de uma pá carregadeira		
	trator Fiatellia		479.612,19

2.137.604,42

(DOIS MILHÕES, CENTO E TRINTA E QUATRO MIL E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

2.137.604,42

COMISSÃO

04 DEZEMBRO DE 1.991.

GABINETE DO PREFEITO

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito MunicipalEdmundo Pereira de Lacerda
Controlador CRC MT - 4.829

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHA
ESTADO DE MATO GROSSO

RELAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS NO EXERCÍCIO DE 1.991.

QUANT.	BENS	V. UNIP.	V. TOTAL
01	MESA CEREJEIRA C/2 GAV.	15.000,00	15.000,00
01	" " C/4 "	6.000,00	6.000,00
01	GID. 16 CHAVE ESTR. M 6 1/2	8.734,86	8.734,86
01	CHAVE DE RODA BACHET CRUZ 1000	1.099,37	1.099,37
02	MACACO HIDR. POTENTE 2 LITROS	9.330,26	18.660,52
01	" " GARRAFA DESLITANTE	18.331,31	18.331,31
01	APARADOR GRAMA TRAPP MC 30 1/2	37.840,20	37.840,20
01	TRATOR AGRAL 4100 24 HP 1000	2.113.366,00	2.113.366,00
01	CARRETA LAVRALE S/PNEU C/2 2	273.168,00	273.168,00
01	CADEIRA DE ESCRITÓRIO	36.700,00	36.700,00
01	CAMINHÃO CHEVROLET D-600	2.000.000,00	2.000.000,00
01	GELADEIRA CLIMAX 280 L	85.000,00	85.000,00
01	MESA COMUM	21.000,00	21.000,00
01	CADEIRA	11.000,00	11.000,00
02	CANAIS DE RECEPÇÃO DE TV	920.000,00	1.840.000,00
67	TAMBORES P/ LIXO P. 28	7.500,00	502.500,00
24	MESAS	21.250,00	510.000,00
01	ESCRIVANINHA C/ 4 GAVETAS	40.000,00	40.000,00
01	CADEIRA	5.000,00	5.000,00
01	RELÓGIO DE PAREDE	6.800,00	6.800,00
01	MESA C/ GAVETAS 1.10	20.000,00	20.000,00

CÂMARA

01	AMPLIFICADOR CENTRO-SUB. AL	36.800,00	36.800,00
02	MICROFONE LESSON MP 65 P. 1	29.300,00	29.300,00
01	TAPE DECKEEN CD 250	78.500,00	78.500,00
12	COLUNAS 1.98	2.616,67	31.400,00
24	PRATELEIRAS REFORÇADAS	3.400,00	81.800,00
01	MESA ESCRIVANINHA	230.000,00	230.000,00

TOTAL 8.057.799,86

(OITO MILHÕES E CINQUENTA E SEIS MIL SETECENTOS E NOVENTA E NOVE CRUZEROS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).

COCALINHA, 21 DE SETEMBRO DE 1.991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO
ESTADO DE MATO GROSSO

BALANÇO 1.º DE DEZEMBRO

RECEITA

Anexo 13

TÍTULOS	R\$	CR\$	CR\$
ORÇAMENTÁRIO			
RECEITAS CORRENTES:			
Receita Tributária	1.039.125,15		
Receita Industrial			
Transferências Correntes	21.340.865,47		
Outras Receitas Correntes		320.336.990,62	
RECEITAS DE CAPITAL			
Operação de Crédito			
Alienação de Bens	500.000,00		
Transferências de Capital	4.314.540,85	125.574.540,85	445.913
EXTRAORÇAMENTÁRIA			
Restos à Pagar - Controp.	511.935,39		
Serviços da Dívida à Pagar - Cont		52.516.935,39	
Depósitos:			
Cauções			
Consignações			
Credores Diversos			
Restituições a Pagar			
OUTRAS Operações:			
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			52.316
Disponível:			
Caixa		369.188,39	
Banco - C/Movimento		4.373.389,81	
Banco - C/Especiais			4.743
TOTAL			503.172

GABINETE DO PREFEITO

Sebastião Moreira de Lima
Prefeito Municipal

COCALINHO, 31 de Dezembro de 1.991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALIMBO

ESTADO DE MATO GROSSO

PALESTRA MUNICIPAL

DESPESA

Anexo - 13

TITULOS	CR\$	CR\$	CR\$
ORÇAMENTÁRIA			
Legislativo	10.500.133,68		
Administração e Planejamento	118.900.157,40		
Educação e Cultura	160.111.370,32		
Habitação e Urbanismo	31.800.007,33		
Saúde e Saneamento	39.200.000,24		
Transporte	19.400.000,43	466.448.136,40	
EXTRAORÇAMENTÁRIA			
Restos à Pagar - Pagto	6.900.000,82		
Depositos :			
Cauções			
Consignação			
Credores Divisos			
Outras Operações			
		4.940.056,82	471.388.193,22
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Disponível:			
Caixa		185.836,47	
BANCO, - C/Movimento		7.210.682,01	
BANCO - C/ Especial		23.688.331,36	31.784.851,84
			503.173.045,00
		T O T A L	

GABINETE DO PREFEITO de Dezembro de 1.991.

Eduardo Moreira de Almeida
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCALENOPOLIS

ESTADO DE MATO GROSSO

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo

Anexo - 14

T I T U L O S		CR\$	CR\$
ATIVO FINANCEIRO			
<u>Disponivel :</u>			
CAIXA	3.27,47		
BANCO - C/ MOVIMENTOS	3.02,91		
BANCO - C/ ESPECIAL	31.781,851,84		
<u>Realizavel:</u>			
Devedores Diversos			31.784.851,84
ATIVO PERMANENTE			
Bens Móveis:	10.195.404,37		
Bens Imoveis:	10.195.404,37		
SOMA DO ATIVO REAL			41.980.256,21
SALDO PATRIMONIAL			
Passivo Real Descoberto			10.536.679,84
S O M A			52.516.926,05
TOTAL GERAL			52.516.926,05

20111111 1 de Novembro de 1.991

GABINETE DO PREFEITO

Osobito Moreira de Almeida

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COALITION

ESTADO DE MATO GROSSO

BALANÇO 1991 REAL

PASSIVO

Anexo - 14

T I T U L O S	CR\$	CR\$
<u>PASSIVO FINANCEIRO</u>		
<u>Restos à Pagar:</u>		
Restos à Pagar de 1.99	12.33,34	
<u>Serviços da Dívida à Pagar:</u>		
Serviços da Dívida de 1.9		
<u>Depositos :</u>		
Cauções		
Consignação		
Credores Diversos		
Restituições à Pagar	58.510.915,39	
<u>PASSIVO PERMANENTE</u>		
<u>Dívida Fundada Interna:</u>		
		52.516,90
<u>SOMA DO PASSIVO REAL</u>		52.516,90
<u>SALDO PATRIMONIAL</u>		
Ativo Real Líquido		
SOMA		52.516,90
<u>PASSIVO COMPENSADO</u>		
<u>T O T A L</u>		52.516,90

GABINETE DO PREFEITO
COALITION
1991
1991

1991

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo - 15

VARIAÇÕES ATIVAS

T I T U L O S		CR\$	cr\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
<u>Receitas Correntes:</u>			
Receita Tributária	10.000.125,15		
Receita Industrial			
Transferências Correntes	101.100.865,47		
Outras Receitas Correntes		320.336.990,62	
<u>Receitas de Capital</u>			
Operações de Crédito			
Alienação de Bens	8.000,00		
Transferências de Capital	100.000.000,00	125.576.540,85	445.913,53
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Aquisição de Bens Móveis			
Aquisição de Bens Imóveis			
			445.913,53
T O T A L.....			
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENT.			
Inscrição da Dívida Ativa			
Incorporações de Bens			
Cancelamento de Dívida Passivas			
Reavaliação de Bens			
			445.913,53
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			
RESULTADO PATRIMONIAL			
Deficit Verificado			20.534,00
T O T A L.....			
			466.447,53

COCALEIRO, 11 de dezembro de 1.991.

GABINETE DO PREFEITO

Edson Manoel Moreira de Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALIMA
ESTADO DE MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo. - 15

T I T U L O S		V A R I A Ç Õ E S		Anexo. - 15	
<u>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>					
<u>Despesas Orçamentárias</u>					
<u>Despesas Correntes:</u>					
Despesas de Custeio	241.143.926,23				
Despesas Transferências Corrente.	1.000.000,00	345.143.926,52			
<u>Despesas de Capital</u>					
Investimentos	121.304.209,88				
Inversões Financeira					
Transferências de Capital					
<u>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</u>					
Cobrança da Dívida Ativa					
Alienação de Bens Móveis					466.448,11
<u>T O T A L</u>					
<u>INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>					
Cancelamento da Dívida Ativa					
Encampação de Dívida Passivas					
Desincorporação de Bens					466.448,11
<u>TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS</u>					
<u>RESULTADO PATRIMONIAL</u>					
Superávit Verificado					466.448,11
<u>T O T A L GERAL</u>					

31 de dezembro de 1.991.

GABINETE DO PREFEITO

1991



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

COCALINHO - MT



S U M Á R I O

Aprovado por Unanidade
Em Sessão de 27/03/90

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - Do Município (Artigo 1º ao 2º).

CAPÍTULO II - Da Competência do Município (Artigo 3º ao 4º).

CAPÍTULO III - Dos Princípios Fundamentais (Artigo 5º).

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I - Do poder Legislativo

Seção I - Da Câmara Municipal (Artigo 6º ao 7º)

Seção II - Das Atribuições da Câmara (Artigo 8º ao 12)

Seção III - Dos Vereadores (Artigo 13 ao 20)

Seção IV - Da Mesa da Câmara Municipal (Artigo 21 ao 26)

Seção V - Da Sessão Legislativa Ordinária (Artigo 27 ao 29)

Seção VI - Da Sessão Legislativa Extraordinária (Artigo 30)

Seção VII - Das Comissões (Artigo 31 ao 32)

Seção VIII - Do Processo Legislativo

Subseção I - Disposições Gerais (Artigo 33)

Subseção II - Das Emendas à Lei Orgânica (Artigo 34)

Subseção III - Das Leis (Artigo 35 a 46)

Subseção IV - Dos Decretos Legislativos e Resoluções (Artigos 47 a 48).

Seção IX - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Artigo 49 a 51).

CAPÍTULO II - Do Poder Executivo

Seção I - Do Prefeito e do Vice-Prefeito (Artigo 52 a 63)

Seção II - Das atribuições do Prefeito (Artigo 64)

Seção III - Da Responsabilidade do Prefeito (Artigo 65 a 66)

Seção IV - Dos Secretários Municipais (Artigo 67 a 71)



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

Artigo 1º - O Município de Cocalinho, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

§ 1º - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 2º - A cidade de Cocalinho é a sede do governo e do município e lhe dá o nome.

§ 3º - São símbolos do município a Bandeira e o Hino, instituídos em lei.

Artigo 2º - Os limites do território do Município de Cocalinho só podem ser alterados na forma estabelecida na Constituição Federal e Estadual.

Parágrafo Único - A criação, organização e supressão de distrito compete ao Município, observada a legislação estadual.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Artigo 3º - Ao Município de Cocalinho compete:

I - dispor sobre assuntos de interesse local, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

1. elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;

2. instituir e arrecadar os tributos de sua competência e fixar e cobrar preços;

3. arrecadar e aplicar as rendas que lhe pertencem, na forma da lei;

4. organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de Licitação, os seus serviços públicos;

5. dispor sobre administração, utilização e alienação;



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



6. adquirir bens, inclusive, através de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;
7. elaborar o seu Plano Diretor;
8. promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
9. estabelecer as servidões necessárias ao seus serviços;
10. regulamentar a utilização dos logradouros públicos, no perímetro urbano e rural;
 - a. prover sobre o transporte coletivo urbano e rural, que poderão ser operados através de concessão ou permissão fixando o itinerário, os pontos de parada e as respectivas tarifas, com "referendum" da Câmara;
 - b. prover sobre o transporte individual de passageiros, na zona urbana e rural, fixando os locais de estacionamento e as tarifas respectivas, referendadas pela Câmara;
 - c. fixar e sinalizar os locais de estacionamento de veículos, os limites das "zonas de silêncio" e de Trânsito e tráfego em condições especiais;
 - d. disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas municipais;
 - e. disciplinar a execução dos serviços e atividades neles desenvolvidas;
11. sinalizar as vias urbanas e rurais, as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
12. prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;
13. ordenar as atividades urbanas e rurais, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, observadas as normas federais pertinentes;
14. dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encargando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas;
15. prestar serviços de atendimento à saúde da popu-



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



lação, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

16. manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, profissionalizante, alfabetização de adultos e de portadores de deficiências;

17. regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e de propaganda nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

18. dispor sobre depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

19. dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicação da raiva;

20. instituir regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas;

21. constituir guarda municipal destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais, conforme dispuser a Lei;

22. promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

23. promover e incentivar o turismo local, como fator de desenvolvimento social e econômico;

24. quanto aos estabelecimentos industriais, comerciais e similares:

a. conceder ou renovar licença para sua instalação, localização e funcionamento;

b. revogar a licença daquelas cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, a higiene, ao meio-ambiente, ao bem estar, à recreação, ao sossego público ou aos bons costumes;

c. promover o fechamento daqueles que funcionarem com licença ou em desacordo com a lei;

25. estabelecer e impor penalidades por infrações de suas leis e regulamentos.

II - suplementar a legislação federal e estadual no



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



que couber.

Artigo 4º - Ao Município de Cocalinho compete, sem prejuízo de competência da União e do Estado, no que couber, observando normas de cooperação estabelecidas por Lei Complementar Federal:

I - zelar pela guarda das Constituições, das Leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor artístico, histórico, arquitetônico e cultural, os monumentos e as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, ao esporte e lazer, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



Artigo 5º - São objetivos fundamentais do Município de Cocalinho:

I - garantir, no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana;

II - colaborar com os governos federais e estaduais na constituição de uma sociedade livre, justa e solidária;

III - promover o bem estar e o desenvolvimento da comunidade local;

IV - promover adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbano-rural.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 6º - O Poder Legislativo é expedido pela Câmara Municipal.

§ 1º - Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

§ 2º - O número de Vereadores à Câmara Municipal será proporcional à população do Município de Cocalinho, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal.

Artigo 7º - As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário nesta Lei Orgânica, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único - O Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação não poderá votar, sob pena de nulidade da votação, se o seu voto for decisivo.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 8º - Cabe à Câmara, com a sanção do Poder Executivo Municipal, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, in-



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



clusive, suplementando a legislação federal e estadual;

II - legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - votar o orçamento anual e plurianual de investimento, a lei orçamentária, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre obtenção e concessão de empréstimos e operações de créditos, bem como a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções;

VI - autorizar a concessão de serviços públicos;

VII - autorizar a concessão do direito real de uso de bens municipais;

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doações sem encargos;

XI - DISPOR SOBRE A CRIAÇÃO, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária e observada a legislação estadual;

XII - dispor sobre a criação, alteração e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos;

XIII - aprovar o Plano Diretor;

XIV - autorizar convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros Municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - denominar próprios, vias e logradouros municipais;

XVII - criar e extinguir cargos, funções e empregos públicos e fixar os respectivos vencimentos;

XVIII - criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Diretores equivalentes e órgãos da administração pública.

Artigo 9º - É da competência exclusiva da Câmara, além de outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica:



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



- I - eleger sua Diretoria;
 - II - elaborar seu Regimento Internoem que definirá as atribuições da Mesa Diretora e de seus membros;
 - III - organizar os serviços administrativos;
 - IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-lo definitivamente do exercício do encargo;
 - V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;
 - VI - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
 - VII - fixar a remuneração e a verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito, em cada Legislatura, para a subsequente, de acordo com os dispositivos das Constituições Federal e Estadual vigentes. A verba de representação do Vice-Prefeito não poderá exceder da metade fixada para o Prefeito Municipal.
 - VIII - fixar a remuneração dos Vereadores e a verba de representação do Presidente da Câmara, em cada Legislatura, para a subsequente, de acordo com as disposições das Constituições Federal e Estadual. A verba de representação do Presidente da Câmara será igual à fixada para o Prefeito Municipal.
 - IX - criar Comissões Especiais de Inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência Municipal, sempre que o requer pelo menos um terço de seus membros;
 - X - solicitar informações ao Poder Executivo Municipal sobre assuntos referentes à Administração;
 - XI - convocar os secretários municipais para prestar informações sobre matéria de sua competência;
 - XII - autorizar referendo e plebiscito;
 - XIII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei;
 - XIV - aprovar convênios onerosos com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios;
- § 1º - A Câmara Municipal delibera, mediante Resolução, sobre assunto de sua economia interna e nos demais casos de sua competência privativa, por meio de Decreto Legislativo.
- § 2º - É fixado em quinze dias, prorrogável por i-



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



08.

qual período, desde que solicitado e devidamente justificado, e prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente Lei.

§ 3º - O não atendimento ao prazo estipulado no parágrafo anterior faculta ao Presidente da Câmara Municipal solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação.

Artigo 10 - Conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas e entidades que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular.

Artigo 11 - Dependem do voto favorável:

I - de 2/2 (dois terços) dos membros da Câmara, a autorização para:

- a) concessão de serviços públicos;
- b) concessão de direito real de uso de bens imóveis;
- c) alienação de bens imóveis;
- d) aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
- e) outorga de títulos e honrarias;
- f) contratação de empréstimos de entidades privada;
- g) rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

II - da maioria absoluta dos membros da Câmara, a aprovação e alteração do:

- a) - Código de Obras e Edificações;
- b) - Código Tributário Municipal
- c) - Estatutos dos Servidores Municipais.

Artigo 12 - A Câmara Municipal, bem como qualquer de suas Comissões, poderá convocar secretário municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º - Os secretários municipais poderão comparecer ao plenário da Câmara Municipal ou qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento com a Mesa Diretora



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



para expor assunto de relevância e de interesse das respectivas secretarias.

§ 2º - A Mesa Diretora da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos secretários municipais, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas.

SEÇÃO III

DOS VEREADORES

Artigo 13 - No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às dez horas, em sessão solene de instalação, independente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º - O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando da ata o seu resumo.

Artigo 14 - O mandato de Vereador será remunerado, na forma fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura, para a subsequente, estabelecido como limite máximo o valor recebido, em espécie, como remuneração, pelo Prefeito Municipal.

Artigo 15 - O Vereador poderá licenciar-se somente:

I - por moléstia, devidamente comprovada ou em licença-gestante;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município, desde que autorizado pela Câmara Municipal;

III - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;

§ 1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§ 2º - O suplente será convocado no caso de vaga, de



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



investitura em funções previstas neste artigo, de licença gestante e de outras licenças superiores a cento e vinte dias.

§ 3º - Na hipótese de investidura no cargo de Secretário Municipal, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Artigo 16 - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município de Cocalinho.

Artigo 17 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a. firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes;

b. aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, nas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

a. ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b. ocupar cargo ou função de que seja demissível, nas entidades referidas no inciso I, "a";

c. patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d. ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

Parágrafo Único - Ao Vereador, que seja servidor público, aplicam-se as seguintes normas:

I - havendo compatibilidade de horário, exercerá cumulativamente seu cargo, função ou emprego, percebendo-lhes as vantagens, sem prejuízo da remuneração da vereança;

II - não havendo compatibilidade de horário, ficará afastado de seu cargo, função ou emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração e contando-se-lhe o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

III - afastado ou não de seu cargo, emprego ou função no serviço municipal, quando sujeito a avaliação de desempenho,



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



te-la-á, desde a posse, no conceito máximo.

Artigo 18 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos termos previstos na Constituição;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível;

VII - residir fora do município;

VIII - renúncia, considerada também como tal o não comparecimento para a posse no prazo previsto nesta Lei Orgânica.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, III, VI e VII, o mandato será cassado por decisão da Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político nelas representado ou por denúncia de qualquer cidadão, mediante processo definido no regimento interno, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos incisos IV, V e VIII, o mandato será declarado extinto pela Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político, assegurada ampla defesa.

Artigo 19 - Não perderá o mandato o vereador investido no cargo de Secretário Municipal, a serviço ou em missão de representação da Câmara ou licenciado.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse, dentro de quinze dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º - Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de quarenta e oito



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



horas, diretamente à Justiça Eleitoral.

Artigo 20 - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

SEÇÃO IV

DA MESA DA CÂMARA

Artigo 21 - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único - Não havendo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Artigo 22 - A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á sempre no primeiro dia da sessão legislativa, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

Parágrafo Único - O Regimento Interno disporá sobre a forma de eleição e a composição da Mesa.

Artigo 23 - O mandato da Mesa será de dois anos, proibida a reeleição de qualquer dos seus membros para o mesmo cargo.

Parágrafo Único - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para complementar o mandato.

Artigo 24 - À Mesa, dentre outras atribuições compete:

I - propor projetos de Lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem o respectivo vencimento;

II - elaborar e expedir mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;

III - apresentar projetos de Lei, dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;

IV - suplementar, mediante Ato, as dotações do orça-



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



13.

mento da Câmara, observando o limite de autotização constante da Lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V - enviar ao Prefeito, até o dia primeiro de março, as contas do exercício anterior;

VI - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licença, por em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara Municipal, nos termos da Lei.

Artigo 25 - Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar Resoluções, Decretos Legislativos e Leis com sanção tática, ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;

V - fazer publicar os Atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;

VI - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei.

VII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado de capitais;

VIII - apresentar ao Plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e as despesas do mês anterior;

IX - representar, por decisão da Câmara, sobre inconstitucionalidade de Lei ou Ato municipal;

X - solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção estadual no Município ante a evidência de ato ilícito quando incorrer prestação de contas pelo Prefei

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



to ou quando houver impedimento do funcionamento da Câmara ou coação irresistível do Executivo sobre seus membros;

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim;

XII - encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas.

Artigo 26 - O Presidente da Câmara, ou seu substituto, só terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara;

III - quando houver empate em qualquer votação no Plenário;

IV - votação secreta.

§ 1º - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara, exceto nos seguintes casos:

I - no julgamento dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito;

II - na eleição dos membros da Mesa e dos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga;

III - no julgamento das Contas do Município;

IV - na apreciação de vetos do Poder Executivo.

SEÇÃO V

DA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Artigo 27 - Independentemente de convocação, as sessões legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - A Câmara se reunirá em Sessões Ordinárias, Extraordinárias ou Solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido na legislação específica.

§ 4º - As Sessões Extraordinárias serão convocadas!

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



pelo Presidente da Câmara em sessão ou fora dela, na forma regimental.

Artigo 28 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar.

Artigo 29 - As sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI

DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Artigo 30 - A convocação extraordinária da Câmara Municipal, somente se fará, no período de recesso:

- I - pelo Prefeito, quando este entender necessária;
- II - pela maioria dos membros da Câmara Municipal;

Parágrafo Único - Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

SEÇÃO VII

DAS COMISSÕES

Artigo 31 - A Câmara terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º - Em cada Comissão será assegurada, quando possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara.

§ 2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensa, na forma do Regimento, a competência do Plenário, salvo com recurso de um quinto dos membros da Casa.

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar secretários municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - acompanhar, junto ao governo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



16.

V - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI - Acompanhar junto à Prefeitura a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VII - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VIII - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

Artigo 32 - As Comissões Especiais de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara e serão criadas mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º - As Comissões Especiais de Inquérito, no interesse da investigação, poderão:

I - proceder as vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre acesso e permanência;

II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;

III - transportar-se aos lugares onde se fizer necessário a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.

§ 2º - No exercício de suas atribuições poderão, ainda, as Comissões Especiais de Inquérito, por intermédio de seu Presidente:

I - determinar as diligências que reputar necessárias;

II - requerer a convocação de Secretário Municipal;

III - tomar o depoimento de quaisquer autoridade, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



IV - proceder a verificação contábil em livros, papéis e documentos dos órgãos de Administração Direta ou Indireta.

§ 3º - As testemunhas serão intimadas, de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal e, em caso de não comparecimento, sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde residem ou encontrem, na forma do Código de Processo Penal vigente.

§ 4º - Durante o processo, salvo convocação extraordinária, haverá uma comissão representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no Regimento Interno.

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO LEGISLATIVO

Subseção I

Disposições Gerais

Artigo 33 - O processo legislativo compreende:

- I - emendas à Lei Orgânica do Município;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - decretos legislativos;
- V - resoluções.

Subseção II

Das Emendas à Lei Orgânica

Artigo 34 - A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta:

- I - do Prefeito
- II - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- III - de cinco por cento, no mínimo, do eleitorado do município.

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos, o voto favorável de dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda aprovada nos termos deste artigo será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo !

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



número de ordem.

§ 3º - A matéria constante de proposta da emenda rejeitada, ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III

Das Leis

Artigo 35 - As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - São leis complementares as concernentes às seguintes matérias:

- I - Código Tributário do Município;
- II - Código de Obras ou de Edificações;
- III - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- IV - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- V - Lei Orgânica instituidora da Guarda Municipal;
- VI - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos.

Artigo 36 - As leis ordinárias exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Artigo 37 - A votação e discussão da matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos nesta lei.

Artigo 38 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou Comissão da Câmara e aos cidadãos, observando o disposto nesta lei.

Artigo 39 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica;

II - fixação ou aumento de remuneração dos servidores;

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



III - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos pessoal da administração;

V - criação, estruturação e atribuições do órgão da administração pública municipal;

VI - matéria típica de administração, dependendo de autorização legislativa.

Artigo 40 - É da competência exclusiva da Câmara a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos de seus servidores;

II - fixação ou aumento de remuneração de seus servidores;

III - organização e funcionamento dos seus serviços;

IV - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara.

Artigo 41 - Não será admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 166 da Constituição Federal;

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Artigo 42 - A iniciativa popular poderá ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo 1% (um por cento) do eleitorado municipal.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para ser recebimento, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título de eleitor e seção.

§ 2º - A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo estabelecidas nesta lei.

§ 3º - Não serão suscetíveis de iniciativa popular as matérias de iniciativa exclusiva definidas nesta lei.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



42 - As questões relevantes aos destinos do Município, poderão ser submetidos a plebiscito, quando, pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado o requer à Justiça Eleitoral, ouvida a Câmara Municipal.

Artigo 43 - O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de quarenta e cinco dias.

§ 1º - Decorridos, sem deliberação, o prazo fixado no "caput" deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos.

§ 2º - O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos projetos de modificação.

Artigo 44 - O projeto aprovado em dois turnos de votação será, no prazo de dez dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito que, concordando, o sancionará e promulgará, no prazo de quinze dias úteis.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

Artigo 45 - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 1º - O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º - As razões aduzidas no veto serão apreciadas no prazo de trinta dias, contados do seu recebimento pela Câmara, em uma única discussão.

§ 3º - O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada em escrutínio secreto.

§ 4º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua
...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



votação final.

§ 5º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito, em quarenta e oito horas, para promulgação.

§ 6º - Se o Prefeito não promulgar a lei em quarenta e oito horas, nos casos de rejeição de veto ou sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará e, se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual prazo, fazê-lo.

§ 7º - Lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir da sua publicação.

§ 8º - Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original, observando o prazo estipulado no parágrafo 6º.

§ 9º - O prazo previsto no parágrafo 2º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10 - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 - Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Artigo 46 - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Prefeito, que serão sempre submetidos à deliberação da Câmara.

Subseção IV

Dos Decretos Legislativos e das Resoluções

Artigo 47 - O Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara, que produza efeitos externos, não dependendo, porém, de sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - O Decreto Legislativo aprovado pelo Plenário em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

Artigo 48 - O Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, e não dependendo de sanção do

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



Prefeito.

Parágrafo Único - O projeto de resolução aprovado, em um só turno de votação, será promulgado pelo Presidente da Câmara.

SEÇÃO IX DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Artigo 49 - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária no Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em lei.

§ 1º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

§ 2º - As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de sessenta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo.

§ 3º - Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos da União e do Estado serão prestados na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o Município suplementar essas contas, sem prejuízos de sua inclusão na prestação anual de contas.

Artigo 50 - O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos.

Artigo 51 - As contas do Município ficarão durante 60(sessenta)dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes, a legitimidade, nos termos da lei.

§ 1º - O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante petição escrita e por ele assinada perante a Câmara Municipal.

§ 2º - A Câmara apreciará as objeções ou impugnações do contribuinte em sessão ordinária dentro de no máximo vinte dias a contar de seu recebimento.

§ 3º - Se acolher a petição, remeterá o expediente ao Tribunal de Contas, para pronunciamento, e ao Prefeito, para defesa e explicações, depois do que julgará as contas em definitivo.

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Artigo 52 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal auxiliado pelos Secretários Municipais.

Artigo 53 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse perante a Câmara Municipal, em sessão solene, no dia primeiro de janeiro do ano subsequente à eleição, quando prestarão o seguinte compromisso: "Prometo, com lealdade, dignidade e probidade, desempenhar a função para a qual fui eleito, defender as instituições democráticas, respeitar a Constituição Federal, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica Municipal e promover o bem-estar da comunidade local".

§ 1º - Se, no prazo de trinta dias, o Prefeito ou o Vice-Prefeito não tiver tomado posse, salvo motivo de força maior, será declarado extinto o respectivo mandato pela Câmara Municipal.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Pre

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



sidente da Câmara.

§ 3º - No ato de posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio, constando da ata o seu inteiro teor.

§ 4º - O Prefeito e o Vice-Prefeito, remunerados, deverão desincompatizar-se no ato da posse.

§ 5º - Quando ocorrer a vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, proceder-se-á eleições sessenta dias depois de aberta a última vaga, salvo quando faltarem menos de quinze meses para o término do mandato, hipótese em que assumirá a chefia do Executivo o Presidente da Câmara Municipal ou, no caso de impedimento deste, por aquele que a Câmara eleger.

Artigo 54 - O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda de cargo:

I - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer à cláusula uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo função ou emprego remunerado, nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que sejam interessadas quaisquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

Artigo 55 - Será de quatro anos o mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, a iniciar-se no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Artigo 56 - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito, o Vice-Prefeito, e quem tiver sucedido ou substituídos os mesmos nos seis meses antes do pleito.

Artigo 57 - Para concorrer a outros cargos eletivos, o Prefeito, e o Vice-Prefeito devem renunciar aos mandatos

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



até seis meses antes da eleição.

Artigo 58 - O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

§ 1º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais.

§ 2º - O Vice-Prefeito não poderá recusar-se a substituí-lo, sob pena de extinção do respectivo mandato.

Artigo 59 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, assumirá o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - Enquanto o substituto legal não assumir, responderá pelo expediente da Prefeitura o Secretário da Administração.

Artigo 60 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a quinze dias.

Artigo 61 - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação do Município, devendo enviar à Câmara relatório dos resultados de sua viagem;

II - quando impossibilitado do exercício do cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

Parágrafo Único - Nos casos deste artigo, o Prefeito licenciado terá direito à remuneração e à verba de representação.

Artigo 62 - A remuneração do Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura, para a subsequente, nos termos da Constituição Federal.

Artigo 63 - A extinção ou a cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou seu substituto, ocorrerão na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica e na legislação federal.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Artigo 64 - Ao Prefeito compete privativamente:

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



- I - nomear e exonerar os Secretários Municipais;
- II - exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior da administração Municipal;
- III - elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município;
- IV - iniciar o processo legislativo na forma prevista nesta Lei Orgânica;
- V - representar o Município em Juízo e fora dele;
- VI - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos, quando for o caso, para sua fiel execução;
- VII - vetar, no todo ou em parte, projetos de lei, na forma prevista nesta Lei Orgânica;
- VIII - declarar a necessidade ou a utilidade pública ou o interesse social, para fins de desapropriação, nos termos da lei federal;
- IX - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- X - conceder, permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros, após autorização legislativa;
- XI - conceder, permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros, após autorização legislativa;
- XII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;
- XIII - prover ou desprover os cargos públicos municipais, na forma da lei, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- XIV - enviar à Câmara até o dia vinte do mês seguinte, os balancetes mensais, acompanhados de relação das despesas de cada verba ou dotação;
- XV - remeter mensagem e plano de governo à Câmara, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XVI - enviar à Câmara o projeto de lei do orçamento anual das diretrizes orçamentárias e o plano plurianual de investimentos, até o dia trinta de setembro de cada ano.
- XVII - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, até

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



o dia trinta e um de março de cada ano, a sua prestação de Contas e a da Mesa da Câmara, bem como os Balanços do exercício anterior;

XVIII - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XIX - prestar à Câmara, de forma definitiva, dentro de quinze dias, as informações solicitadas na forma regimental, prorrogável por mais quinze dias, com aprovação da Câmara;

XXI - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XXII - colocar à disposição da Câmara, dentro de quinze dias de sua requisição, no máximo, as quantias que devem ser dispendidas de uma só vez, e, até o dia vinte e cinco de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;

XXIII - aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como relevá-las quando impostas irregularmente;

XXIV - resolver sobre requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidos;

XXV - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos;

XXVI - aprovar projetos de edificações, plano de loteamento, arruamento e desmembramento urbano ou para fins urbanos, além de desdobros de lotes;

XXVII - solicitar o auxílio da Polícia do Estado para garantia de cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da Guarda Municipal no que couber;

XXVIII - decretar o estado de emergência quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos ao Município, a ordem pública ou a paz social;

XXIX - elaborar o Plano Diretor do Município, compreendendo as zonas urbana e rural;

XXX - conferir condecorações e distinções honoríficas;



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



XXXI - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva.

SEÇÃO III

DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Artigo 65 - O Prefeito será processado e julgado:

I - pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação federal aplicável;

II - pela Câmara Municipal nas infrações político-administrativas, nos termos de seu Regimento Interno, assegurados, entre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, e a decisão motivada que se limitará a decretar a cassação do mandato do Prefeito.

§ 1º - Admitir-se-á a denúncia por qualquer Vereador, por partido político e por qualquer munícipe eleitor.

§ 2º - Não participará do processo nem do julgamento o Vereador denunciante.

§ 3º - Se, decorridos cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado.

§ 4º - O Prefeito, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Artigo 66 - O Prefeito perderá o mandato:

I - por cassação nos termos do inciso II e dos parágrafos do artigo anterior, quando:

a) infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 54;

b) infringir o disposto no artigo 60;

c) residir fora do Município;

d) atentar contra;

1. a autonomia do município;

2. o livre exercício da Câmara Municipal;

3. o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

4. a probidade na administração;

5. a lei orçamentária;

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



6. o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

II - por extinção, declarada pela Mesa da Câmara Municipal, quando:

a) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

b) perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

c) o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

d) renúnciar por escrito, considerada também como tal o não comparecimento para a posse no prazo previsto nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO IV

DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Artigo 67 - Os Secretários Municipais serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade, residentes no Município e no exercício dos direitos políticos.

Artigo 68 - Compete ao Secretário Municipal, além das atribuições que esta Lei Orgânica e as leis estabelecerem:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal, na área de sua competência;

II - referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes a sua área de competência;

III - apresentar ao Prefeito relatório semestral dos serviços realizados na Secretaria;

IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

V - expedir instruções para a execução das leis, regulamentos e decretos;

VI - comparecer à Câmara sempre que convocado, sob pena de responsabilidade.

Artigo 69 - A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município, nos assuntos pertinentes às respectivas Secretarias.

Artigo 70 - Os Secretários serão sempre nomeados em Comissão, farão declaração pública de bem no ato da posse e no término do exercício do cargo, e terão os mesmos impedimentos dos Vereadores e do Prefeito, enquanto neles permanecerem.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



Artigo 71 - Os Secretários Municipais, os Diretores de Departamento e os Sub-Prefeitos são solidariamente responsáveis como o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Artigo 72 - O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover a sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e mediante adequado Sistema de Planejamento.

§ 1º - O Plano Diretor é o instrumento orientador e básico dos processos de transformação de espaço urbano e rural e de sua estrutura territorial, servindo de referência para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município.

§ 2º - Sistema de Planejamento é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação planejada da Administração Municipal.

§ 3º - Será assegurada, pela participação em órgãos competentes do Sistema de Planejamento, a cooperação de associações representativas e sindicatos legalmente organizados, com o planejamento municipal, mediante indicação de um membro por associação e sindicato.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Artigo 73 - A Administração Municipal é o conjunto de órgãos institucionais, materiais, financeiros e humanos destinados à execução das decisões do governo local.

§ 1º - A Administração Municipal é direta quando realizado por órgãos da Prefeitura ou da Câmara.

§ 2º - A Administração Municipal é indireta quando realizada por:

- I - autarquia;
- II - sociedade de economia mista;
- III - empresa pública.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



§ 3º - A Administração Municipal é funcional quando realizada por fundação instituída ou mantida pelo Município.

§ 4º - Somente por lei específica poderão ser criadas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e funções municipais.

Artigo 74 - A atividade administrativa do município, direta ou indireta, obedecerá aos princípios da legalidade, finalidade, razoabilidade, motivação, impessoabilidade, moralidade, publicidade, da licitação e da responsabilidade.

Artigo 75 - Qualquer município poderá levar ao conhecimento da autoridade municipal irregularidades, ilegalidades ou abuso de poder imputável a qualquer agente público, cumprindo ao servidor o dever de fazê-lo perante seu superior hierárquico para as providências e correções pertinentes.

Artigo 76 - A publicação das leis e atos municipais far-se-á na imprensa local, designada por via de licitação pública, e na falta, mediante edital afixado na sede da Prefeitura.

§ 1º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 3º A Prefeitura e a Câmara organizarão registros de seus atos e documentos de forma a preservá-los a inteireza e possibilitar-lhes a consulta e extração de cópias e certidões sempre que necessário.

Artigo 77 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição, assim como atender as requisições judiciais em igual prazo, se outro não for fixado pelo requisitante.

Artigo 78 - A publicidade dos atos, programas, serviços, obras e campanhas dos órgãos públicos municipais, qualquer que seja o veículo de comunicação, somente poderá ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridade ou servidor público.

Parágrafo Único - Os custos da publicidade referi-

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



da neste artigo serão comunicados à Câmara Municipal no prazo de cinco dias após sua veiculação.

CAPÍTULO III

DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Artigo 79 - As realizações de obras públicas municipais deverá estar adequadas à diretrizes do Plano Diretor.

Artigo 80 - Ressalvadas as atividades de planejamento e controle, a Administração Municipal poderá desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que conveniente, ao interesse público, à execução indireta, mediante concessão ou permissão de serviço público ou de utilidade pública, verificado que a iniciativa privada esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para o seu desempenho.

§ 1º - A permissão de serviço público ou de utilidade pública, sempre a título precário, será outorgada por decreto, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente. A concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência.

§ 2º - O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

Artigo 81 - Lei específica disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições da caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado;

V - as reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos ou de utilidade pública deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo em vista a justa remuneração.

Artigo 82 - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão con-

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



tratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Artigo 83 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, ou mediante consórcio com outros municípios.

§ 1º - A constituição de consórcio municipais dependerá de autorização legislativa.

§ 2º - Os consórcios manterão um Conselho Consultivo, do qual participarão os Municípios integrantes, além de uma autoridade executiva, um representante da Câmara Municipal e um Conselho Fiscal de municípios não pertencentes ao serviço público.

CAPÍTULO IV

DOS BENS MUNICIPAIS

Artigo 84 - Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Artigo 85 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Artigo 86 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida sempre de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta, nos seguintes casos:

a) doação, constando da lei e da escritura pública os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;

b) permuta;

II - quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, que será permitida exclusivamente para
...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



fins de interesses social;

b) permuta;

c) venda de ações, que será obrigatoriamente efetuada em Bolsa.

§ 1º - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, às entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - A venda aos proprietários de imóveis limítrofes de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obra pública, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa. As áreas resultantes de modificação de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, que sejam aproveitáveis ou não.

Artigo 87 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Artigo 88 - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização conforme o caso e, quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 1º - A concessão Administrativa dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência pública e far-se-á mediante contrato sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.

§ 2º - A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3º - A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por decreto.

§ 4º - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo de noventa dias, salvo quando para o fim de formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.

Artigo 89 - Poderão ser cedidos a particular, para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízo para os trabalhos do Município e o interessado recolha previamente a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens, no estado em que os haja recebido.

Artigo 90 - Poderá ser permitido a particular, a título oneroso ou gratuito, conforme o caso, o uso do subsolo ou do espaço aéreo de logradouro público para construção de passagem destinada à segurança ou conforto dos transeuntes e usuário, ou para outros fins de interesse urbanístico.

CAPÍTULO V

DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Artigo 91 - O Município estabelecerá em lei o regime jurídico de seus servidores, atendendo às disposições, aos princípios e aos direitos que lhe são aplicáveis pela Constituição Federal, dentre os quais, os concorrentes a:

I - salário-mínimo, capaz de atender às necessidades vitais básicas do servidor e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, com reajustes periódicos, de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;

II - irredutibilidade do salário ou vencimento, observado o disposto no artigo 102.

III - garantia de salário nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

IV - décimo terceiro salário, com base na remuneração integral, proporcional ou no valor da aposentadoria;

V - remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

VI - salário-família para os seus dependentes;

VII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, facultada a

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



compensação de horários e a redução de jornada, na forma da lei;

XIII - repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos;

IX - serviço extraordinário com remuneração, no mínimo superior com 50% (cinquenta por cento) do normal;

X - gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário;

XI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias, bem como licença paternidade, nos termos fixados em lei;

XII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei;

XIV - proibição de diferença de salário e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Artigo 92 - É garantido o direito à livre associação sindical. O direito de greve será exercido nos limites definidos em lei complementar federal.

Artigo 93 - A investidura em cargo ou emprego público depende sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração. O prazo de validade do concurso será de dois anos, prorrogável por uma vez, por igual período.

Artigo 94 - Será convocado para assumir cargo ou emprego aquele que for aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, com prioridade, durante o prazo previsto no edital de convocação, sobre novos concursados, na carreira.

Artigo 95 - O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da Administração Pública direta e indireta, não implicando tal em regime unificado.

Artigo 96 - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidade por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Artigo 97 - Os cargos em comissão e funções de confiança na administração pública serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.

Artigo 98 - Lei específica reservará percentual dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Artigo 99 - Lei específica estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Artigo 100 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a. aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais;

b. aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se o professor e vinte e cinco anos se professora, com proventos integrais;

c. aos trinta anos de serviço, se homem e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d. aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo'

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



de serviço.

§1º - A lei poderá estabelecer exceção ao disposto no inciso III, "a" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

§2º - A lei disporá sobre aposentadoria em cargos funções ou empregos temporários.

§3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

§4º - Os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores ou vantagens posteriormente concedidos aos serviços em atividades, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

§5º - O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Artigo 101 - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data e com os mesmos índices.

§1º - O pagamento da remuneração dos servidores públicos dar-se-á até o quinto dia útil do mês seguinte ao que se refere.

§2º - O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior, importará na correção da remuneração, aplicando-lhe os índices federais de correção diária, apartir do dia seguinte ao vencimento, até a data do efetivo pagamento.

§3º - O montante da correção será pago juntamente com a remuneração do mês subsequente, corrigido o seu total até o último dia do mês, nos mesmos índices do parágrafo anterior.

Artigo 102 - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos da administração direta ou indireta, observado como limite máximo, os valores percebidos como remuneração em espécie, pelo Prefeito.

Artigo 103 - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



Artigo 104 - A Lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Artigo 105 - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimento, para efeito de remuneração de pessoal de serviço público municipal, ressalvado o disposto no artigo 1º anterior.

Artigo 106 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários;

I - a de dois cargos de professor;

II - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III - a de dois cargos privativos de médicos.

Parágrafo Único - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Artigo 107 - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessões de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Artigo 108 - Os cargos públicos serão criados por lei, que fixará sua denominação, padrão de vencimentos, condições de provimento e indicará os recursos pelos quais serão pagos seus ocupantes.

Parágrafo Único - A criação e extinção dos cargos da Câmara, bem como a fixação e alteração de seus vencimentos dependerão de projeto de lei de iniciativa da Mesa.

Artigo 109 - O servidor municipal será responsável civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função a pretexto de exercê-lo.

Artigo 110 - O servidor municipal poderá exercer mandato eletivo, obedecidas as disposições legais vigentes.

Artigo 111 - Os titulares de órgãos da administração da Prefeitura deverão atender convocação da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre assuntos de sua competência.

Artigo 112 - O regime previdenciário dos servido-



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



res públicos municipais, será definido em Lei especial, segundo o sistema que melhor atenda aos interesses da Administração.

Artigo 113 - Aplica-se aos servidores públicos municipais, para efetivo de estabilidade, o disposto no artigo 41 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Artigo 114 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos;

I - Imposto sobre a Propriedade Rural e Territorial Urbana;

II - Imposto sobre a transmissão "inter-vivos", a qualquer título oneroso;

a - de bens imóveis por natureza ou acessão física;

b - de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

c - cessão de direito à aquisição de imóvel.

III - Imposto sobre vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos, Gasosos, exceto óleo diesel;

IV - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, não incluídos na competência estadual compreendida no artigo 155, I, "b", IX, "b", do mesmo artigo da Constituição Federal, definidos em lei complementar;

V - Taxas;

a - em razão do exercício do poder de polícia;

b - pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

VI - contribuição de melhoria, decorrente de obra pública;

§ 1º - O imposto previsto no inciso I será progressivo, na forma a ser estabelecida em lei, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

a - não incide sobre transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos de correntes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

b- incide sobre imóveis situados na zona territorial do Município.

§ 3º - As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO

Artigo 115 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma setoriada, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 3º - O Poder Executivo publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório da execução orçamentária.

§ 4º - Os Planos e Programas setoriais serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

Artigo 116 - A lei orçamentária compreenderá:

- I - o orçamento fiscal;
- II - o orçamento das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Município;
- III - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



incidem sobre:

- a - dotação para pessoal e seus encargos;
- b - serviços da dívida.
- III - relacionados com a correção de erros ou omissões;
- IV - relacionados com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - O Poder Executivo poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Câmara Municipal, da parte cuja alteração é proposta.

§ 5º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 6º - Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizadas, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia autorização legislativa.

Artigo 119 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas ou excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, nos termos da Constituição Federal;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recurso do orçamento fiscal, para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário, somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Artigo 120 - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, serão entregues até o dia vinte e cinco de cada mês.

Artigo 121 - A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder aos limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



TÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Artigo 122 - O Município, dentro de suas competências, estimulará e organizará atividades de produção de bens e serviços, garantindo o seu crescimento de forma equilibrada com sua realidade sócio-econômica.

Artigo 123 - O Município dispensará às microempresas e às empresas de pequeno porte, aos micros e pequenos produtores rurais, assim definidos em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-lo pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

Artigo 124 - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

CAPÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Artigo 125 - No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o município assegurará:

I - o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes;

II - a participação das entidades representativas da sociedade no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

III - a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural;

IV - a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública;

V - a observância das normas urbanísticas, de segurança, higiene e qualidade de vida;

VI - a restrição à utilização de áreas de riscos geológicos;

VII - as áreas definidas em projeto de loteamento como áreas verdes ou institucionais não poderão, em qualquer hipótese...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



46.

tese, ter sua destinação, fim e objetivos originariamente estabelecidos, alterados.

Artigo 126 - Lei Municipal, estabelecerá em conformidade com as diretrizes do plano diretor, normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, código de obras e edificações, código de posturas, índices urbanísticos, proteção ambiental, e demais limitações administrativas pertinentes.

§ 1º - O plano diretor, obrigatório ao município, levará em consideração a totalidade de sua área territorial.

§ 2º - O Município observará os parâmetros urbanísticos de interesse regional, fixados em lei estadual, prevalecendo, quando houver conflito, a norma de caráter mais restrito, respeitadas as respectivas autonomias.

§ 3º - O Município estabelecerá critérios para regularização e urbanização, assentamentos e loteamentos irregulares.

Artigo 127 - Ao Município compete, de acordo com as diretrizes de desenvolvimento urbano, a criação e regulamentação de zonas industriais, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Estado, mediante lei, e respeitadas as normas relacionadas ao uso e ocupação do solo e ao meio ambiente urbano e natural.

Artigo 128 - Somente serão autorizadas construções de conjuntos habitacionais em cujos projetos constarem a instalação, com recursos da empresa construtora, da infra-estrutura necessária.

Parágrafo Único - Os conjuntos de que trata o presente artigo, somente serão entregues para os interessados adquirentes, desde que cumpridos todos os requisitos neles exigidos cabendo a Prefeitura, sob pena de responsabilidade, acompanhar, desde a aprovação do projeto, as obras de construção, seu término, expedição de habite-se e respectiva entrega aos adquirentes.

Artigo 129 - Em todos os projetos de construção de conjuntos habitacionais, de autoria de órgãos oficiais ou da iniciativa privada, será obrigatória a construção, por parte da empresa proprietária, de creche e centro comunitário, com dimensões compatíveis com a capacidade habitacional do núcleo.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



Parágrafo Único - As edificações deverão seguir padrões estabelecidos pelo Poder Executivo.

Artigo 130 - O direito a propriedade é um preceito constitucional, dependendo seus limites e seu uso, da conveniência social.

§ 1º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no plano diretor.

§ 2º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Artigo 131 - Aquele que possuir como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Artigo 132 - O Município fica incumbido de promover e estimular programas de construção de moradias populares, de melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico.

Artigo 133 - Do total da receita anual advinda do recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, 50% (cinquenta por cento) será, obrigatoriamente, aplicado anualmente, em construções de casas populares, obras de interesse social junto aos conjuntos habitacionais e saneamento básico.

CAPÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Artigo 134 - O Município, objetivando o crescimento equilibrado da área urbana e da área rural fará constar do Plano Diretor do Município, as diretrizes de desenvolvimento da zona rural.

Artigo 135 - O Município, dentro de suas competências, apoiará e estimulará a instalação de agroindústrias na

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



zona rural, principalmente as de pequeno porte e artesanais, respeitadas as características da produção local e de acordo com o plano diretor do município, como forma de desenvolvimento do setor agropecuário e fixação do homem no campo.

Artigo 136 - O Município aplicará anualmente 2% (dois por cento) de sua receita corrente, nos serviços de conservação do solo das propriedades rurais.

Parágrafo Único - Os recursos que diz respeito ao "caput" deste artigo poderão ser aplicados através de serviços executados diretamente pela Prefeitura, através de contratação de serviços de terceiros ou na aquisição de maquinários especializados para tal fim.

Artigo 137 - O Município manterá estrutura própria e/ou convênio com o Estado e União, para assistência ao setor agropecuário.

Artigo 138 - A ação dos órgãos oficiais nas atividades agropecuárias atenderá aos imóveis que cumprem a função social da propriedade e especialmente aos mini e pequenos produtores rurais.

Artigo 139 - O Município apoiará e estimulará o cooperativismo e o associativismo como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico.

CAPÍTULO IV

DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DO SANEAMENTO

SEÇÃO I

DO MEIO AMBIENTE

Artigo 140 - O Município providenciará com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais, locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.

Artigo 141 - A execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quer pelo setor público, quer pelo privado, serão admitidas se houver resguardo do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



Parágrafo Único - A outorga da licença ambiental será feita pelos órgãos competentes do Estado e/ou da União, de acordo com a legislação vigente.

Artigo 142 - Ao Município visando garantir, níveis satisfatórios de qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, compete:

I - adotar medidas, nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação em todas as suas formas e impedindo ou mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado;

II - proteger a flora e a fauna, nesta compreendendo todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedando as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécie ou submetem os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

III - controlar e fiscalizar a produção, armazenamento e a comercialização de substâncias que comportem riscos efetivos ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente;

IV - disciplinar a restrição à participação em concorrências públicas e ao acesso a benefícios fiscais às pessoas físicas ou jurídicas condenadas por atos de degradação do meio ambiente;

V - promover medidas administrativas e judiciais de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;

VI - promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;

VII - estimular e contribuir para a recuperação da vegetação em áreas urbanas, com plantio de árvores, com espécies adequadas, objetivando especialmente a consecução de fins...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



dices mínimos de cobertura vegetal;

VIII - incentivar e auxiliar tecnicamente as associações de proteção ao meio ambiente constituídas na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência de atuação;

IX - controlar e fiscalizar obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do meio ambiente, adotando medidas preventivas ou corretivas e aplicando as sanções administrativas pertinentes;

Parágrafo Único - O Município poderá manter convênios com o Estado e com a União, visando o cumprimento das medidas preconizadas nos incisos II, III e IX, até que se justifique a criação de estrutura própria.

Artigo 143 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais administrativas, independentemente de obrigação de reparar os danos causados.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS HÍDRICOS

Artigo 144 - O Município criará legislação visando a proteção de mananciais existentes em sua área territorial e em especial aquelas destinadas ao abastecimento público.

Artigo 145 - Fica vedado o lançamento de efluentes e esgotos domésticos e industriais, sem o devido tratamento, em qualquer corpo d'água.

Parágrafo Único - O montante do ponto de captação do manancial utilizado para abastecimento público, não serão tolerados lançamentos de efluentes líquidos, mesmo tratados.

SEÇÃO III

DOS RECURSOS MINERAIS

Artigo 146 - Ao Município caberá registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais em seu território.

Parágrafo Único - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica preconizada pelo órgão público competente, na forma da lei.

...



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cocalinho



SEÇÃO IV
DO SANEAMENTO BÁSICO

Artigo 147 - O Município deverá garantir à população urbana, o abastecimento de água em quantidade suficiente e cuja qualidade esteja de acordo com os padrões de potabilidade.

Artigo 148 - O Município deverá prover a zona urbana, em toda a sua extensão, de sistema de coleta de lixo, como forma de evitar a poluição ambiental.

Parágrafo Único - A coleta, o transporte, o tratamento e destinação final do lixo urbano, serão regulamentados em lei.

Artigo 149 - O Município, com a finalidade de garantir os serviços e obras de saneamento básico, reservará, anualmente, até 5% (cinco por cento) de suas receitas, para tal fim.

TÍTULO VI
DA ORDEM SOCIAL
CAPÍTULO I
DA POLÍTICA SOCIAL DO MUNICÍPIO

Artigo 150 - Compete ao Município a formulação de políticas sociais municipais abrangendo as áreas de Assistência-Social e Ação Comunitária por meio de programas e projetos que serão organizados, executados e acompanhados com fundamentação nos princípios que garantem a participação da comunidade.

§ 1º - A Assistência Social compreende a ação emergencial e compensatória junto à família, à maternidade, à infância e adolescência, aos idosos, aos portadores de deficiências e outros grupos vulneráveis em situação de incapacidade de suprir suas necessidades humanas básicas.

§ 2º - A Ação Comunitária desenvolve ações que facilitem aos grupos de bairros, associações comunitárias, sindicatos, entidades sociais e outras formas de organização popular participar da vida comunitária e na formulação e gestão das políticas sociais.

Artigo 151 - O Município implementará sua políti-

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



do de demonstrativo de efeito, sobre as despesas, decorrentes de isenções, anistias e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 2º - Os orçamentos, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades entre os distritos do município, segundo critério populacional.

§ 3º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura para a abertura de crédito suplementar e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei federal aplicável.

Artigo 117 - O orçamento municipal assegurará investimentos prioritários em programas de educação, de ensino pré-escolar e fundamental, de saúde e saneamento básico, de transportes coletivos e de moradia.

Artigo 118 - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais: serão de iniciativa exclusiva do Prefeito e serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento Interno.

§ 1º - O Prefeito enviará à Câmara o projeto de lei:

I - de diretrizes orçamentárias, até 31 de março de cada exercício;

II - do orçamento anual, até o dia trinta de setembro de cada exercício.

§ 2º - Junto com o projeto de lei anual, o Prefeito encaminhará também projeto de lei do plano plurianual correspondente ao período necessário para que tenha vigência permanente de um mínimo de três anos.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou de créditos adicionais somente poderão ser aprovadas quando:

I - compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



ca social através da criação de organismos administrativos, bem como formulando convênios com a União, Estado, Municípios e entidades privadas nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O Município estabelecerá a obrigatoriedade de integração das ações de todos os órgãos e entidades da Administração direta ou indireta, compatibilizando programas e recursos, evitando duplicidade de atendimento.

Artigo 152 - Ao Município cabe a responsabilidade de desenvolver uma política de ação para pessoas portadoras de deficiências, incrementando recursos econômicos e técnicos para as instituições já existentes e criando, por força de demanda, Centro de Atendimento Clínico, Profissionalização, Habilitação e Reabilitação.

Parágrafo Único - O Município propiciará financiamento e ou doação de equipamentos e aparelhos para reabilitação às pessoas portadoras de deficiências, que não possuem condições de adquiri-los.

Artigo 153 - Para a proteção da criança e do adolescente, o Município criará o Fundo Especial respectivo, conforme dispuser a lei.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal para a criança e o adolescente captará recursos a serem aplicados em ações sociais, que façam parte da política municipal de proteção e defesa da criança e adolescente.

Artigo 154 - A assistência social ao idoso deverá ser promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus órgãos competentes ou por meio de convênio de entidades especializadas da comunidade.

Parágrafo Único - As entidades, para serem conveniadas, deverão apresentar atendimento condizente com a dignidade da pessoa idosa.

Artigo 155 - Entre os beneficiários à assistência social prestada sobre a forma direta e ou indireta, estão incluídos os idosos ou os que estejam acometidos de um acelerado processo de envelhecimento, devidamente comprovado por laudo-médico.

Parágrafo Único - As formas de atendimento poderão ser em regime de internato, semi-internato e externato, de

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



acordo com as condições individuais e familiares do beneficiário.

Artigo 156 - Sempre que possível, sucetivamente à União e ao Estado, o Município promoverá:

I - formação de consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino de primeiro grau;

II - a cooperação nos serviços médio-hospitalares;

III - combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

IV - combate ao uso tóxico;

V - serviços de assistência à maternidade e à infância;

VI - fiscalização e controle dos serviços de saúde;

Artigo 157 - A inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal, terá caráter obrigatório.

Parágrafo Único - Constituirá exigência indispensável a apresentação, no ato da matrícula, de atestado de vacina contra moléstias infecto-contagiosas.

CAPÍTULO III DA FAMÍLIA

Artigo 158 - O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º - O Município suplementará a Legislação Federal e a Estadual dispendo sobre a proteção da infância, à juventude e às pessoas portadoras de deficiências, garantido-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e privados e veículos de transporte.

§ 2º - Para a execução do previsto neste artigo, serão adotados, entre outras, as seguintes medidas:

I - amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II - ação contra os males que são instrumentos de dissolução da família;

III - estímulo aos pais e às organizações sociais para a formação física, intelectual, cívica, moral e espiritual;

IV - colaboração com as entidades assistenciais que

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



visem a proteção e à educação da criança;

V - amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida;

VI - colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios para a solução de problema dos menores desamparados ou desajustados, visando a sua permanente recuperação.

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DOS ESPORTES E LAZER

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Artigo 159 - A educação, direito de todos os Municípios, será promovida e incentivada mediante os dispositivos constitucionais do Estado e da União, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Artigo 160 - A lei organizará o sistema de ensino municipal, levando em conta o princípio de descentralização.

Parágrafo Único - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais das leis de diretrizes e bases da educação nacional;

II - autorização, fiscalização, controle e avaliação, na forma da lei.

Artigo 161 - O Município responsabilizar-se-á prioritariamente pelo ensino pré-escolar e fundamental, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria, só podendo atuar nos níveis mais elevados supletivamente e, quando a demanda naqueles níveis estiver pleno e satisfatoriamente atendida, qualitativa e quantitativamente.

Artigo 162 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar e fundamental de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos regionais e nacionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do

...



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Cocalinho



Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, automaticamente quando capaz, ou por manifestação dos seus pais ou responsáveis.

§ 2º - O ensino pré-escolar é fundamental e será ministrado obrigatoriamente em língua portuguesa.

§ 3º - A prática de Educação Física será obrigatória em todos os estabelecimentos municipais de ensino, e nos particulares, que recebam auxílio ou sejam conveniados com o Município, sem limite de idade.

Artigo 163 - O dever do Município para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - atendimento em creche e pré-escola às crianças;

II - atendimento ao educando no ensino pré-escolar e fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte escolar, merenda escolar e assistência à saúde do escolar.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandado de injunção.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório e gratuito pelo Município, ou sua oferta irregular, importa em responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Município recensear seus educandos no ensino pré-escolar e fundamental, zelando juntos aos seus pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

III - acesso aos níveis mais elevados de ensino, segundo a capacidade de cada educando.

Artigo 164 - A lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único - A constituição do Conselho de Educação Municipal obedecerá à orientação da pluralidade de representação, com critérios que assegurem a representação institucional do Município e de todas as entidades ou sindicatos representativos do magistério público municipal e estadual, sediadas no Município de Cocalinho.

Artigo 165 - É vedado a cessão, sob qualquer título, de uso de próprios públicos municipais, para funcionamento de...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



tabelecimento de ensino privado de qualquer natureza.

Artigo 166 - A lei assegurará a valorização dos profissionais de ensino municipal, mediante a fixação de plano de carreira, piso salarial profissional, carga horária compatível com o exercício das funções e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Artigo 167 - O Município aplicará anualmente, na educação, nunca menos do que 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências.

§ 1º - Os recursos serão destinados à educação pública, prioritariamente, podendo ser alocados às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em Lei, desde que:

I - comprovem finalidades não lucrativas e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem destinação do seu patrimônio a escola congênere sediada no município ou escola pública municipal, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 2º - Destinados, em forma de bolsas de estudo, recursos na forma da lei, para os que demonstraram insuficiência de recursos quando houver falta de vagas nos cursos regulares das redes públicas municipal e estadual.

§ 3º - Destinados ao transporte de alunos da rede pública municipal, de acordo com lei específica.

Artigo 168 - Cabe ao Município dar prioridade educacional nos diversos segmentos para melhoria do ensino no que se refere a recursos destinados a complementação do ensino básico. Para isso requer:

I - manter Biblioteca Pública ao alcance de toda a comunidade e, em especial, aos alunos de periferia e deficientes em especial;

II - fazer com que cada Unidade Escolar seja um ramal da Biblioteca Pública, atendendo aos alunos e comunidade;

III - manter um funcionário, sob orientação do profissional bibliotecário, para atendimento da demanda escolar e comunidade diurna e noturna.

...
...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



57.

SEÇÃO II DA CULTURA

Artigo 169 - O Município, em consonância com o Estado e União, garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes da cultura e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de suas manifestações.

Artigo 170 - É competência do Município, em consonância com o Estado e a União:

I - proteger os documentos, as obras e os demais bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

II - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

SEÇÃO III DOS ESPORTES E LAZER

Artigo 171 - O Município apoiará e incentivará as práticas esportivas formais e não formais, como direito de todos, bem como forma de integração social.

Artigo 172 - As ações e os recursos do poder público municipal destinados ao setor, darão prioridade:

I - ao esporte educacional, ao esporte comunitário, e na forma da lei, ao esporte de alto rendimento;

II - ao lazer popular;

III - à construção e manutenção de espaços devidamente equipados para as práticas esportivas e de lazer;

IV - à promoção, estímulo, orientação e difusão da prática de Educação Física.

§ 1º - O Município apoiará e estimulará as entidades e associações que se dedicam às práticas esportivas e de lazer.

§ 2º - O Município estimulará e apoiará a prática desportiva às crianças, aos idosos e aos portadores de deficiências.

§ 3º - O Município implantará a prática de Educação Física, a partir da pré-escola, inclusive aos portadores de deficiências.

...



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho



58.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - As leis complementares previstas na presente Lei Orgânica serão editadas no prazo máximo de um ano a partir de sua promulgação.

Artigo 2º - Dentro de um ano da vigência desta Lei Orgânica se fará, no Município de Cocalinho, a revisão da toponímia das vias e logradouros públicos urbanos, complementando esses serviços com a total dotação das placas indicativas.

Artigo 3º - Dentro de cento e oitenta dias, a partir da vigência desta Lei Orgânica, o Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os projetos de lei que adequem os orçamentos anual e plurianual à nova sistemática orgânica.

Artigo 4º - O Plano Diretor do Município deverá ser editado até um ano a partir da vigência desta Lei Orgânica.

Artigo 5º - As áreas de uso comum do povo, ocupadas até cinco de abril de 1990, por habitações populares, cujos ocupantes, comprovadamente não possuam recursos econômico-financeiros, passarão à classe de bens dominiais, para definitiva entrega a seus ocupantes, através de títulos de direito real de uso.

Artigo 6º - A formação das medidas necessárias para cumprimento do artigo anterior se efetivarão até seis meses após o início da vigência desta Lei Orgânica.

Artigo 7º - O Município de Cocalinho envidará os maiores e mais diversificados esforços e meios objetivando a erradicação do analfabetismo em todo o seu território até cinco anos, a partir da vigência desta Lei.

Artigo 8º - Os servidores públicos não considerados estáveis, conforme o artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, prestarão, obrigatoriamente, concurso público no prazo máximo de um ano, a contar da promulgação desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - A não realização de concurso público implicará em vacância dos cargos e na extinção dos mesmos.

...



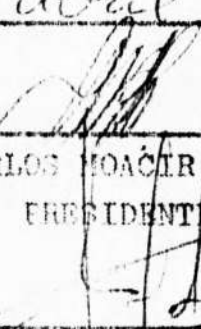
Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cocalinho

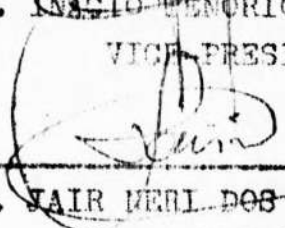
Esta Lei Orgânica entra em vigor nesta data,
revogadas as disposições em contrário.

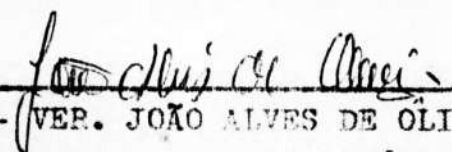
Plenário das Deliberações da Câmara Munici-
pal de Cocalinho.

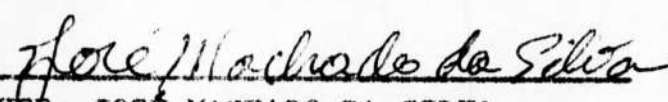
Em 05 de abril 1990

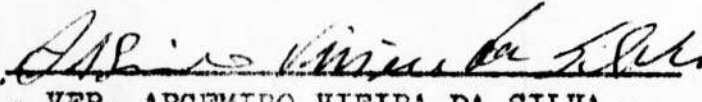

- VER. CARLOS MOACIR GOIS CASTRO -
PRESIDENTE

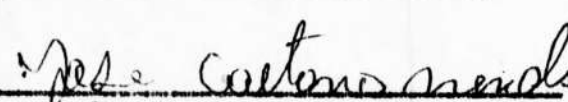
- VER. INACIO TENORIO DE OLIVEIRA -
VICE-PRESIDENTE

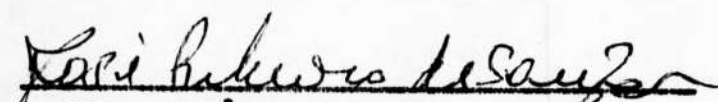

- VER. VAIR NERI DOS SANTOS -
1º SECRETÁRIO


- VER. JOÃO ALVES DE OLIVEIRA -
2º SECRETÁRIO


- VER. JOSÉ MACHADO DA SILVA -


- VER. ARGEMIRO VIEIRA DA SILVA -


- VER. JOSÉ CAETANO MENDES -


- VER. JOSÉ RIBEIRO DE SOUZA -


- VER. VILSON FERREIRA MARTINS -

